

2 Período
MFA 52
ex. 2

Novembro/dezembro de 1988

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Av. Rio Branco, 46 — 2º andar — Centro
Rio de Janeiro — RJ — 20.090

ISSN 0101 - 3467

SPHAN 44

*pró*Memória



Na mesma época em que o Ministério da Cultura assumiu o compromisso de inventariar todas as cidades históricas do Brasil, a SPHAN/próMemória vai aumentar sua responsabilidade nessa tarefa. No dia 1.º de dezembro, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reunido no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, aprovou o tombamento das cidades de Pirenópolis (GO) e Antônio Prado (RS), mais dois Centros Históricos que terão seus acervos culturais preservados.

Pirenópolis

A cidade de Pirenópolis, em Goiás, nascida no século XVIII com a descoberta de ouro, constitui-se hoje em um dos mais importantes acervos patrimoniais de todo o Centro-Oeste. Por ter sido um centro urbano florescente até fins do século XIX e ter mergulhado em seguida num período de estagnação e isolamento que a manteve quase intocada pelo progresso do século XX, a antiga Meia Ponte pôde conservar praticamente intacta sua feição original. Não como um arcabouço vazio, como resto de uma civilização que se desfez ao longo do tempo, mas como uma cidade viva, que manteve acesa a criatividade que sempre a caracterizou.

O tombamento ora aprovado garante a proteção do patrimônio da cidade. A medida é apoiada pela maioria da comunidade, que, seguidamente, se vem manifestando em defesa daquele acervo histórico-cultural, denunciando obras de demolição e reformas que descaracterizam o conjunto urbano-arquitetônico, ao mesmo tempo em que reclama providências concretas no sentido de preservá-lo.

Situada no sopé dos Montes Pirineus, divisor das bacias Amazônica e Platina, Pirenópolis é testemunho vivo dos primeiros tempos da ocupação do território goiano, processo iniciado em fins de 1726 com a descoberta do rico aluvião do rio Vermelho pelo bandeirante paulista Bartolomeu Bueno, o Anhangüera.

Sua fundação data de 1727 — um ano após o estabelecimento do arraial de Sant'Anna, depois Vila Boa, hoje Cidade de Goiás, antigas capitais da Capitania e do Estado de Goiás — com a descoberta das minas nos arredores dos rios Maranhão e das Almas, pelo português Manuel Rodrigues Tomar, que as denominou Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, seguindo a tradição bandeirante de dar aos lugares o nome do santo do dia. Naquele local, Tomar se estabeleceu com um bando de aventureiros e deu início ao povoado.

Há duas versões para a origem do

nome Meia Ponte: uma diz que vem de uma pedra que se projeta sobre o Rio das Almas com a forma de meio-arco de ponte. Teria sido sobre essa pedra que se lançaram os paus para a passagem dos primeiros povoadores; a outra versão conta que os primitivos moradores do arraial construíram sobre o rio uma ponte feita com duas peças de madeira e uma delas foi levada pela correnteza, ficando o nome de Meia Ponte para o povoado.

Distrito desde 1732, Meia Ponte foi promovida, em 1736, a arraial e, nesse mesmo ano, a freguesia. Em 1890, depois de quase 20 anos de insistência por parte dos defensores da ideia, Meia Ponte passou a se chamar Pirenópolis, porque “sendo a cidade edificada nas faldas dos Pirineus, a cordilheira mais importante do sistema orográfico deste Estado, o nome proposto melhor se lhe adapta”, conforme consta da ata da sessão da Câmara Municipal, onde a indicação foi apresentada.



Arquitetura e urbanismo

No início do século XIX, de acordo com a descrição de viajantes que por lá passaram, Meia Ponte era um arraial que contava com aproximadamente 300 casas, “algumas delas muito boas”, oito ruas, além de travessas e becos, praças, chafarizes, uma fonte, cinco igrejas, uma Casa de Câmara e Cadeia, construída segundo o modelo português para o Ultramar, e o Hospício dos Religiosos da Terra Santa.

O povoado tinha o formato de um quadrado; suas ruas eram retas e largas com calçadas dos dois lados, as casas altas e caiadas de branco, tendo quintais abundantemente plantados. Era, em resumo, um típico arraial do ciclo do ouro, dotado do necessário aparato secular e religioso, mas, como os outros povoados das minas goianas, desprovido de qualquer luxo ou rebuscamento.

Tanto em sua arquitetura quanto em sua forma urbana, Meia Ponte pos-



Igreja de Nossa Senhora do Rosário

sua a simplicidade e o despojamento da solução pragmática, voltada ao atendimento das necessidades mais básicas, utilizando-se dos materiais que estavam à mão e da tosca mão-de-obra disponível. Mas é exatamente essa despretensão que empresta, ainda hoje, à cidade seu encanto singelo e digno.

Devido ao isolamento a que foi relegada no último século, Pirenópolis pouco mudou, conservando ainda parte significativa de seu acervo arquitetônico. Pode-se delimitar com clareza um percurso histórico, onde existem conjuntos ainda bastante homogêneos.

As casas são térreas, em sua maioria, e mantêm as fachadas em alinhamento comum. Todas têm perfis semelhantes, tanto as maiores e mais ricas quanto as menores e mais modestas. A diferenciação, quando existe, se dá ao nível do tratamento dos detalhes decorativos.

Edificações relevantes

Dentre as edificações civis e religiosas, destaca-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, cujo tombamento data de 3 de julho de 1941. Construída entre 1732 e 1736, é um dos mais antigos monumentos sacros do Estado e o único que subsiste em sua forma original desde os bandeirantes. É um edifício de grande porte, de linhas arquitetônicas despojadas, mas imponentes. Está situada num largo que domina visualmente toda a paisagem circundante. Segundo relato do viajante Saint-Hilaire, o panorama que se descortina da portada da igreja foi talvez o mais belo que contemplara no interior do Brasil.

Há também como exemplares significativos a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim e a de Nossa Senhora do Carmo. A primeira foi construída entre os anos de 1750 e 1754, sendo cópia, em escala menor, da Matriz do Rosário e acha-se situada no ponto culminante da cidade. Em 1887, foram executadas reformas e as fachadas coloniais receberam a influência de um pretensão neogótico, muito em voga em todo o país. Em 1907, novos reparos foram feitos e a igreja voltou ao seu estilo anterior. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, edificada em 1750, está situada à margem direita do Rio das Almas. É de construção modesta e menor que as outras. Nela ainda se encontra a imagem da padroeira, mandada vir de Portugal. Em 1935, passou por uma reforma que alterou sua fachada; nova reforma executada em 1976 recuperou o seu estilo primitivo.

Construído em 1899, o Theatro de Pirenópolis é outra edificação importante. Experimentou, no início do atual século, sua fase áurea, tendo sido nele encenadas mais de 40 peças. A partir de 1945, deixou de servir às suas finalidades originais, passando a funcionar primeiro como cinema, depois como serraria e fábrica de móveis. Em 1980, o Governo do Estado comprou o imóvel e o restaurou em convênio com a SPHAN/próMemória, o Serviço Nacional de Teatro e a SUDECO. Devolvido à comunidade em 1982, hoje é propriedade da Fundação Cultural de Goiás.

Momentos da história de Pirenópolis

A história de Pirenópolis identifica-se com os ciclos de riqueza, decadência e modernidade do Centro-Oeste. Uma história que, segundo o *Estudo sobre a Formação Urbana da Cidade de Pirenópolis*, elaborado pela equipe da 8.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, pode ser contada assim:

1.º momento (1727-1731)

Garimpo manual, atividade itinerante: o ouro trazido pelas águas do rio tende a se depositar nas curvas, principalmente onde travessões de pedra margeiam o leito. É ali que se vai procurar o ouro. Em 1727, grandes e ricos aluviões foram encontrados e com eles nasceu, pouco a pouco, o povoado de Meia Ponte, a princípio um simples acampamento de garimpeiros.

Ainda hoje é possível localizar o sítio do garimpo primitivo, onde ainda se bateia ouro, esporadicamente e em pequena escala.

Diz a tradição que a primeira rua do povoado foi a Direita (antiga Rua das Bestas), que teria crescido do largo da igreja até a margem oposta do córrego Lavapês, onde desde os primórdios havia uma pousada para viajantes e tropeiros, na saída da estrada que levava a Jaraguá e Vila Boa. A tradição deve estar correta, segundo aponta o estudo da 8.ª DR, mas, de qualquer maneira, o assentamento de primeira hora deve ter-se dado na atual Rua Neco Mendonça (antigo Beco das Antas, depois Beco do Mercado, que, ainda segundo a tradição, é tão antigo quanto a Rua Direita), continuando pelos primeiros quarteirões da atual Rua do Rosário.

O povoado se desenvolveu apenas na margem esquerda do Rio das Almas, porque as terras da margem direita pertenciam a um único proprietário, o português Luciano Nunes Teixeira, senhor de grande número de escravos.

Foi no ano seguinte à primeira ocupação, portanto em 1728, que começou a ser construída a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, assim como as primeiras casas definitivas, numa distância que as deixassem imunes às balbúrdias do garimpo e às ameaças de enchente. O abastecimento da primitiva população exigia também alguma atividade agrícola: pequenos roçados às margens dos córregos da Prata e Lavapês.

2.º momento (1732-1750)

Em 1732, o povoado é promovido a distrito; a mineração estava no auge. Meia Ponte crescia rapidamente com a chegada de novos imigrantes de Portugal, São Paulo e Minas Gerais. As dimensões monumentais da Igreja de Nossa Senhora do Rosário — um dos maiores exemplares da arquitetura colonial goiana —, assim como a rapidez de sua construção, expressam a riqueza que se acumulava naquelas minas e a abundância de mão-de-obra escrava.

Foi também neste ano que o Conde de Sarzedas assumiu o governo da Capitania de São Paulo, com ordens de instaurar lei nas minas goianas, até então entregues ao ímpeto dos aventureiros. Em 1733, foi erguido o prédio da Casa de Câmara e Cadeia, na esquina da Rua da Igreja: a instituição religiosa e a instituição governamental configurando o espaço do poder e tra-

quando a diferença entre o espaço do garimpo e o espaço urbano.

Vieram depois a Rua Nova e a Rua Santa Cruz, paralelas à Rua Direita. A Rua da Prata, prolongamento da Rua Nova, e a Rua Matutina foram abertas logo a seguir.

Em 1736, Meia Ponte foi elevada a arraial, crescendo em importância política e econômica. A Carta Régia de 10 de janeiro de 1730 determinava que houvesse um único caminho para Goiás, o de São Paulo, com o objetivo de estancar o contrabando de ouro. Em 1732 e 1733 começam a chegar, da Bahia, os primeiros comboios de escravos para serem vendidos aos proprietários de minas goianas.

Em 1750, já estava configurada a estrutura urbana básica que se manteve até hoje, com as cinco igrejas (Rosário dos Pretos, Bonfim, Carmo, Boa Morte da Lapa dos Pardos e Nossa Senhora do Rosário).

3.º momento (1751-1830)

Entre 1750 e 1800 aconteceu a decadência da mineração, praticamente esgotada já em 1780. A população, até aí, decresceu em cerca de 20%, com o êxodo da raça branca e o desaparecimento dos antigos arraiais. Os que ficaram trocaram a mineração pelo trabalho agrícola ou pelo comércio. Ocorreu então um empobrecimento generalizado e a atividade construtiva parou.

A partir de 1800 a economia é reativada com base em culturas diversificadas, principalmente o algodão. A única nova rua a ser aberta neste período foi a João Dias, unindo o Largo do Rosário dos Pretos ao Largo do Bonfim. Outras travessas e becos podem ter surgido, mas sem edificações que permitam registro histórico. A grande modificação sofrida pelo arraial neste período foi sua renovação arquitetônica, com grande parte das casas sendo destruídas para reformas, pois estavam erguidas em adobe ou pau-a-pique. As maiores reformas datam já do século XIX, com apuro técnico e requinte formal, conservando a arquitetura colonial do Centro-Oeste.

Evolução posterior

No decorrer da segunda metade do século XIX, Meia Ponte vê mais uma vez abaladas suas estruturas econômicas. A cidade vai perdendo seu esplendor. Cai o preço do algodão e cresce a criação de gado. A planta da

cidade, elaborada em 1892 pela Comissão Exploradora do Planalto Central (Comissão Cruls), mostra uma malha urbana que pouco difere daquela identificada como anterior a 1810. Entre 1892 e 1918, a cidade (já chamada Pirenópolis) não sofreu qualquer alteração significativa. Foi demolida a Cadeia Velha e construída uma nova sede, réplica da antiga, à beira do rio. Nesta época foi também instalada a luz elétrica. Em 1935, a atividade comercial em Pirenópolis é praticamente toda paralisada, situação que só se modifica na década de 70, com a proximidade de Brasília e todo o processo de modernização da economia do Centro-Oeste, diminuindo o isolamento de Pirenópolis.

As construções erguidas a partir deste período nada têm a ver com a cidade tradicional, preservada agora através do tombamento.

A tradição na Festa do Divino

Pirenópolis é conhecida nacionalmente pela Festa do Divino Espírito Santo, a mais rica demonstração do folclore do Centro-Oeste. Introduzida na cidade em 1819, é celebrada 45 dias depois da Semana Santa, dura 12 dias e seu clímax acontece no Domingo de Pentecostes.

A figura central das comemorações, e o responsável por elas, é o Imperador, festeiro escolhido um ano antes dentre os mais importantes cidadãos da região. No domingo, ele é conduzido em procissão solene até a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, passando sob arcos de flores, acompanhado por um grande cortejo de meninas vestidas de branco (a Procissão das Virgens). Depois da missa, o Imperador e sua corte voltam para sua casa, onde é feita a distribuição de bolinhos e paézinhos e verônicas de alfenim (massa de polvilho e açúcar) ao povo. Ao mesmo tempo, há queima de fogos e música de retreta.

Nesse mesmo domingo, à tarde, começam as Cavalhadas, a parte profana da Festa do Divino, uma encenação das batalhas entre mouros e cristãos, lembrando “Carlos Magno e os Doze Pares de França”, uma tradição medieval.

Em Pirenópolis, as Cavalhadas foram introduzidas em 1826, pelo padre Manuel Amâncio da Luz. As segundas Cavalhadas realizaram-se em 1833 e as terceiras, em 1850. A partir de então, a parte profana da Festa do Divino vem se realizando anualmente.

As Cavalhadas de Pirenópolis diferem das outras realizadas no país por haver música e canto durante as carreiras. A banda tem papel de destaque e as músicas foram escritas especialmente para a festa, que começa ainda no sábado, quando mascarados aparecem galopando pela cidade, sozinhos ou em grupos. Nada se sabe a respeito da origem dessa tradição.

As primeiras formas rituais são apresentadas, ainda na rua, a partir da manhã de domingo. Os 24 cavaleiros, 12 cristãos e 12 mouros, devidamente paramentados, saem de casa montados e vão se reunindo pelo caminho, até concentrarem-se à porta do rei cristão, que se incorpora solenemente ao grupo e o conduz até a entrada do campo. A banda “Phoenix” abre a festa e inicia-se a entrada solene dos cavaleiros, que galopam em volta do campo até agruparem-se, 12 de cada lado. Ao mesmo tempo, todos os mascarados entram a cavalo e se espalham em volta do cam-



Cavalhadas: tradição anual

Foto: José Leme Galvão

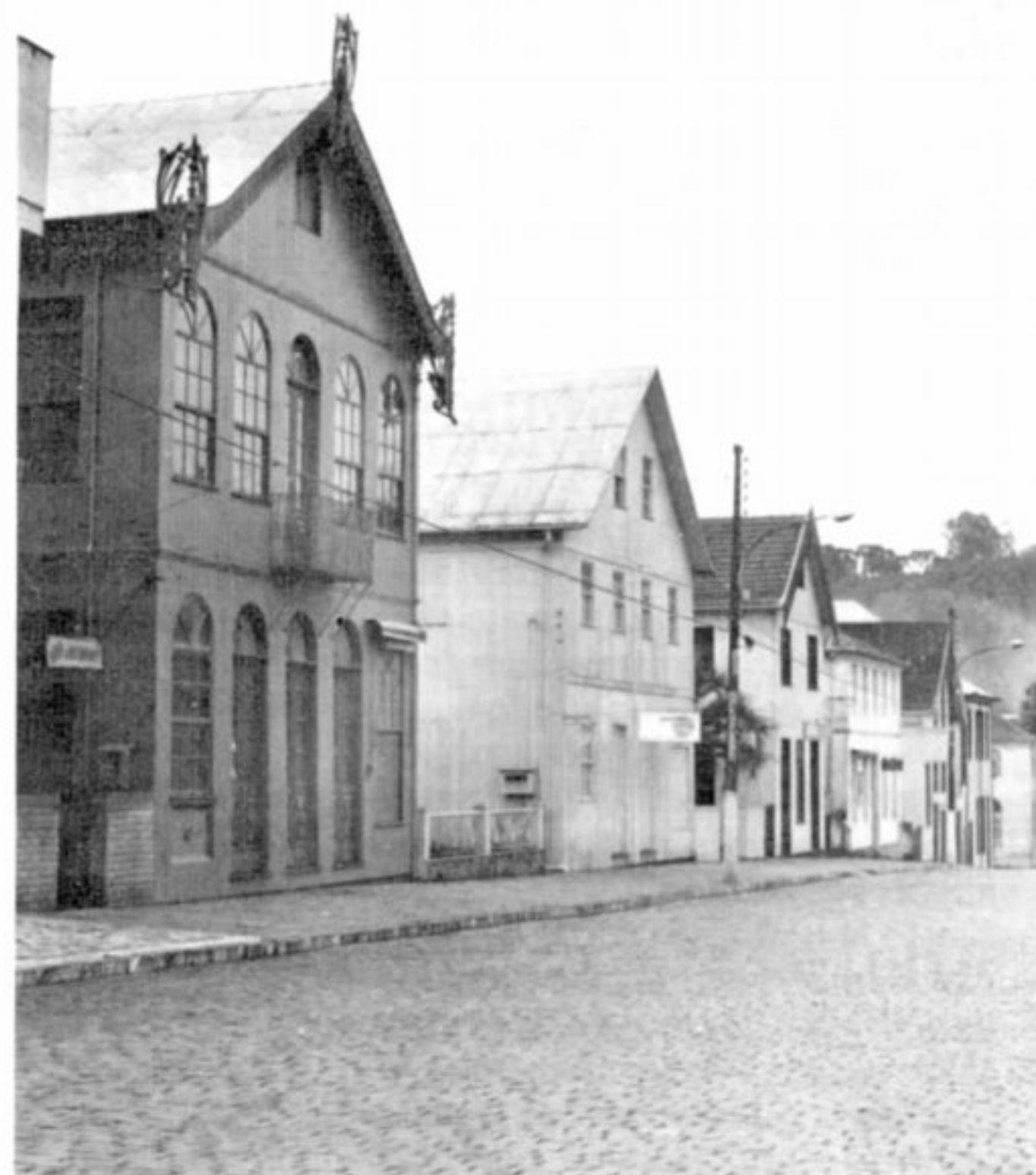
po. Está, então, pronto o cenário e é iniciada a narrativa da “História das Lutas entre os Cristãos e os Mouros”, que termina no final da segunda tarde, com a rendição, conversão e batismo dos mouros. A terceira tarde é dedicada a justas (correrias) entre os dois grupos e ao encerramento da festa.

Os preparativos e ensaios para a festa das Cavalhadas duram de duas a três semanas. Toda a comunidade participa dos preparativos, criando um clima de euforia que a todos contagia.

Antônio Prado

O tombamento de Antônio Prado, cidade situada no Nordeste do Rio Grande do Sul, salvaguarda um dos mais importantes testemunhos do legado cultural da imigração italiana no país. Colônia fundada em 1886, Antônio Prado reúne edificações — e a paisagem urbana que estas formam — de valor cultural indiscutível, apesar do muito que já se perdeu ao longo dos anos, o que torna a providência tomada de protegê-las mais do que necessária.

Para se chegar ao tombamento um longo caminho foi percorrido, incluindo um trabalho de conscientização junto à comunidade, realizado por diversas entidades como SPHAN/*próMemória*, Prefeitura Municipal de Antônio Prado e Universidade de Caxias do Sul, que desenvolve na região o projeto “Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul” (SPHAN n.º 29, págs. 1 a 10). Este trabalho, que continua, é fundamental para o futuro de Antônio Prado — o bem protegido pelo tombamento dará tempo para estudos, proposições e alternativas de sua preservação.



O conjunto arquitetônico da sede de Antônio Prado salienta-se pelo fato de não existir mais no Rio Grande do Sul, e, provavelmente, no resto do país, outro conjunto urbano representativo da imigração italiana, ainda homogêneo e de tamanhas proporções.

Na área central, onde é maior a concentração do acervo, foi proposto o tombamento de 46 edificações, além de mais duas isoladas. Esta concentração possui individualmente exemplares notáveis, mas seu maior valor está no fato de constituírem um conjunto, um espaço urbano característico, formado, em sua maioria, por sobrados em madeira, matéria-prima abundante na região — na arquitetura, os colonos italianos criaram o que se poderia chamar a “cultura da madeira”. Desde as tábuas rudimentares rachadas a cunha, passando pelas tábuas serradas manualmente, até a produção industrial das serrarias movidas a roda d’água e depois a motor, a madeira foi o material básico para a construção. E foi trabalhando diuturnamente com ela,

aprendendo os seus segredos, descobrindo variações para o seu uso, que lentamente se desenvolveram técnicas construtivas e soluções formais características.

Acervo

O acervo tombado foi construído no final do século passado e nas primeiras décadas deste e guarda, nitidamente, proporções não encontradas em outras regiões do Estado. Este acervo corresponde ao período do apogeu da exploração da madeira na região, que ocorreu também em todo o sul do país, e da proliferação das serrarias, possibilitando o surgimento de uma arquitetura em madeira que constitui 66% do conjunto a ser preservado.

Esta arquitetura reveste-se de especial importância pelo fato de tratar-se de uma manifestação de aculturação — construída com material abundante na região e que não era utilizado comumente na Itália (onde predominavam construções em alvenaria), com

influência dos modos de construir e dos padrões estéticos já consagrados no Estado, acrescidos da bagagem cultural trazida pelos imigrantes e legada a seus descendentes.

Características

Como características principais desta arquitetura ressaltam-se as grandes proporções, a existência de porões em alvenaria de pedra ou tijolo nem sempre visíveis desde a via pública, o aproveitamento dos sótãos, a altura homogênea devido ao condicionamento das tábuas de madeira disponíveis no mercado, ornamentação característica utilizando os mais variados desenhos de lambrequins (ornatos de recortes de madeira) marcando os beirais e sacadas. Em algumas residências aparecem graciosos balcões em ferro.

No plano urbanístico, destaca-se a homogeneidade do casario, já que os poucos edifícios existentes, com um máximo de quatro pavimentos, não chegam a comprometer a paisagem

Breve histórico de uma colônia

Em 1885 já haviam transcorridos dez anos desde o início da imigração italiana para a encosta superior da serra gaúcha. Nesse período chegaram à região grandes contingentes de imigrantes que ocuparam praticamente todas as terras loteadas das três antigas colônias: Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel. Por isso, o Governo Imperial do Brasil decidiu estender, na direção nordeste, a área de terras destinadas à colonização italiana. Com esse objetivo foi nomeada uma comissão que, ainda em 1885, delimitou, para além do Rio das Antas, a zona onde deveria surgir a nova colônia (hoje Município de Antônio Prado).

No início de 1886 foi aberto, sob a responsabilidade do agricultor italiano Camilo Marcantonio, um caminho — "picadão" — do Passo do Simão, em direção norte, até a Linha Silva Tavares (Linha é a unidade de divisão das terras destinadas à colonização). Nesse mesmo ano foi fundada a Colônia de Antônio Prado e nela se estabeleceram os primeiros colonos. O nome dado à Colônia foi uma homenagem ao Conselheiro paulista Antônio da Silva Prado.

Em 1887, o Governo mandou construir um barracão — a Casa dos Imigrantes — para abrigar temporariamente as famílias dos agricultores que lá chegavam em número cada vez maior. Antônio Longo construiu a primeira casa de moradia nos limites urbanos da sede e Giovanni D'Ambros inaugurou um moinho hidráulico construído às margens do Arroio do Inferno. Em maio do mesmo ano chegava à nova colônia o médico Tedoldi Martinho.

Para facilitar a subsistência e evitar especulações, os agricultores

organizaram, em 1889, uma cooperativa de consumo. Foi iniciada, também, a construção de uma estrada, desde o Passo do Simão — do Rio das Antas — até a sede da Colônia.

Também como os demais núcleos da região, Antônio Prado teve sua formação promovida a partir de um ato institucional que determinava a sua criação como forma de colonizar a área. A partir deste ato foram marcados os lotes rurais e construído o barracão para abrigo dos imigrantes, tendo sido instalada, para tanto, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Paulatinamente, ao estabelecerem-se as relações sociais e econômicas, foram sendo instalados a igreja, o cemitério, a escola e os demais equipamentos urbanos: casas comerciais, serrarias, ferrarias, moinhos.

Em 1890, a Colônia de Antônio Prado passou a fazer parte do Município de Vacaria, permanecendo assim até 1899, quando o Governo do Estado, através do Decreto n.º 220, separou-a daquele Município e constituiu-a em Município Autônomo, instalado em 25 de março daquele mesmo ano.

Economia

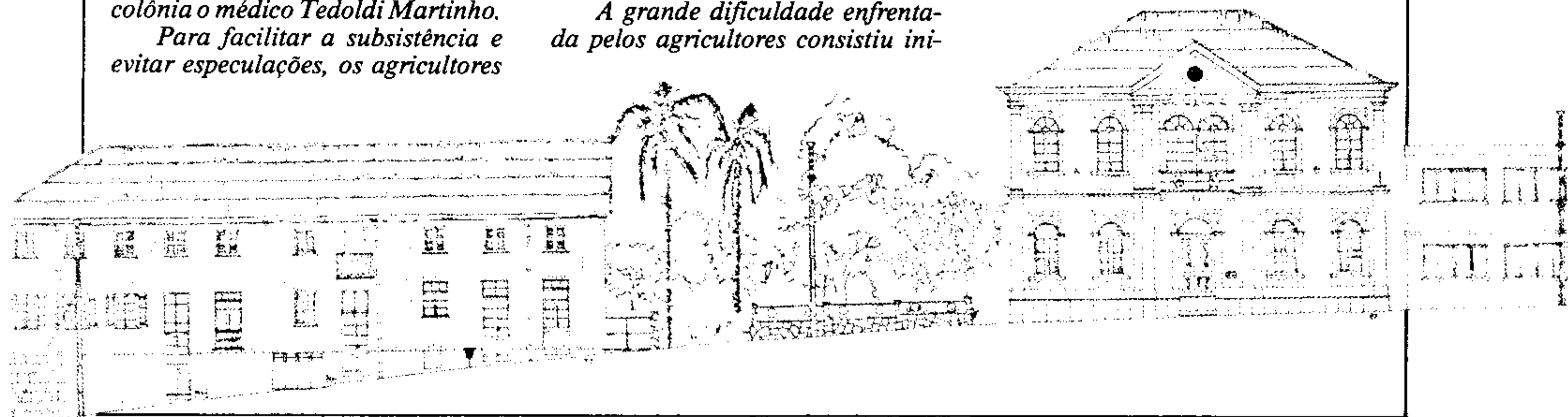
A economia do Município é de base marcadamente agrícola e, apesar das dificuldades impostas pelo solo extremamente rochoso e acidentado, Antônio Prado destacou-se por várias décadas por sua produção de trigo, superando a de muitos municípios do Estado.

A grande dificuldade enfrentada pelos agricultores consistiu ini-

cialmente na colocação de seus produtos no mercado, já que as precárias condições de transportes, por vezes, chegava a inviabilizar a comercialização. Além disso, outras adversidades naturais contrapunham-se ao bom desenvolvimento da atividade, tais como fortes geadas e pragas de diversas origens.

Quanto ao comércio, inicialmente floresceu no Passo do Simão onde os comerciantes intermediavam a relação da Comissão de Terras e os imigrantes, fornecendo víveres em troca de vales que seriam descontados quando da efetivação da primeira colheita. Funcionando como entreposto comercial entre a zona da Colônia e os campos de cima da serra, Antônio Prado chegou a experimentar uma fase áurea de desenvolvimento, entre 1920 e 1930, quando existiam ali em torno de 20 casas de comércio e seis agências bancárias.

As primeiras indústrias, também estabelecidas junto ao Passo do Simão, foram os engenhos e as madeireiras. Estas em especial atingiram níveis acentuados de desenvolvimento já que a rica floresta da região possibilitou a farta extração de madeira-de-lei por muitos anos, promovendo os abastecimentos local e regional, multiplicando, inclusive, o número de serrarias que praticavam a transformação da madeira. Hoje a industrialização do vinho, os moinhos hidráulicos e os frigoríficos repartem com a indústria madeireira o destaque neste âmbito.





Fotos: Ana Lúcia Meira

urbana da sede. Outro elemento fundamental que contorna o conjunto são os morros ainda não ocupados. Particularmente atrás da igreja, a vegetação forma um “pano de fundo” essencial à ambiência do núcleo.

Paisagem urbana

O núcleo urbano de Antônio Prado teve origem no final do século passado quando os imigrantes italianos, a partir da Colônia Conde D’Eu, escolheram um sítio e sob a supervisão de um agrimensor demarcaram um traçado ortogonal, no interior, entre altas e verdejantes montanhas.

Não existem registros precisos da evolução da ocupação da área central, mas o conjunto urbano, objeto de interesse do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já é fruto do desenvolvimento econômico deste núcleo, vencidas as dificuldades iniciais, a partir do estabelecimento de relações sociais mais intensas infra e inter-regionais.

A paisagem urbana de Antônio Prado, atualmente, pode ser vista através de duas ópticas: a primeira, observando-se o conjunto com uma volumetria bastante homogênea, onde se destacam o moinho, a igreja, a casa canônica — enormes construções emolduradas pelo verde-escuro das montanhas, onde se observa o perfil de uma pequena cidade diferenciada do conjunto das demais cidades da região; a segunda, quando se percorre as vias principais do centro da cidade e se descobre, a cada momento, a beleza arquitetônica, os detalhes construtivos, o colorido das edificações, desde seus exemplares mais simples aos mais requintados, complementados por uma rica vegetação dos jardins e quintais e

emoldurados pela paisagem natural ao fundo.

Suas características, apesar de conterem relação formal em alguns casos com a arquitetura dos imigrantes localizados em área rural, são tipicamente urbanas. Isto se manifesta na relação direta com a via pública (sem recuos frontais), com a predominância de edificações de uso misto comercial/residencial, com a concentração de edificações, alinhadas, com seus volumes expressivos e grandes “cubos” com telhados de zinco.

O conjunto, proposto para o tombamento, abriga não só edificações em madeira como de alvenaria, contendo imóveis públicos e privados de usos diversos e também, como é o caso da farmácia, interessantes pinturas internas com motivos característicos do tema da edificação.

Se por um lado já se perdeu muito de Antônio Prado por demolições anteriores, muito ainda está preservado, pelo fato de a cidade estar hoje isolada do sistema viário principal, o que lhe confere o título de maior conjunto arquitetônico preservado de imigração italiana no Sul do país.

No entanto, Antônio Prado possui na área central um potencial de construção de novas edificações em fundos de lotes, fato que, considerando o entorno, poderá permitir soluções que visem compatibilizar o desenvolvimento e a preservação.

Assuntos diversos

Na mesma reunião em que o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aprovou o tombamento das cidades de Pirenópolis e Antônio Prado, outros importantes assuntos foram tratados.

O Conselho discutiu a proposta de tombamento do prédio onde funcionou o antigo High Life, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro. Mesmo ficando comprovada a representatividade do imóvel, que durante muito tempo foi sede de lazer da sociedade carioca, chegou-se à conclusão que o mais certo seria que esse tombamento ficasse a cargo da Prefeitura Municipal ou do Governo do Estado, tendo em vista o fato de o valor do imóvel estar mais ligado ao aspecto regional do que nacional.

O Presidente do Conselho Consultivo, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional *próMemória*, Augusto Carlos da Silva Telles, assinou portaria regulamentando atividades de pesquisa e escavação arqueológica no país. A delimitação da área abrangida em cada pesquisa e a relação dos sítios arqueológicos, assim como um currículo com as cópias das publicações científicas da equipe envolvida no projeto, estão entre as exigências da regulamentação, baixada a pedido da arqueóloga Maria Beltrão, membro do Conselho, com o objetivo de proteger e preservar o potencial científico, cultural e educacional do patrimônio arqueológico Nacional.

Foi discutido ainda pelo Conselho a ilegalidade de aterros na Baía de Guanabara (RJ), em especial na Enseada de Botafogo. A discussão deve-se aos constantes aterros irregulares naquela área, o que, segundo técnicos da SPHAN/*próMemória*, modificam a fisionomia do local, descaracterizando-o e aumentando o nível de poluição. Além disso, já existe um processo em andamento para que seja tombada a Baía de Guanabara. Assim sendo, o Conselho Consultivo resolveu recomendar ao Secretário da SPHAN que comunique aos órgãos competentes, ou seja, Governo do Estado, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Serviço de Patrimônio da União, Capitania dos Portos e Feema, sobre a impropriedade dos aterros e que qualquer ato nesse sentido não pode ser realizado até oportuna decisão da SPHAN/*próMemória*.

Também na reunião, o Conselho concedeu autorização para a saída do país de algumas obras de arte pertencentes aos acervos do MASP e do Centro de Cultura e Arte da PUC de São Paulo. As obras integrarão exposições na Alemanha, Argentina, Uruguai, Espanha, Estados Unidos, Japão e União Soviética.

Principais Centros Históricos estão sendo inventariados

Cadastrar os imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou os não tombados, mas que possuem grande valor histórico-cultural no contexto em que estão inseridos, é uma tarefa que a SPHAN/*próMemória* vem desenvolvendo há algum tempo e que foi incrementada em 1988, com o chamado Ano Nacional do Inventário.

Tratado como prioridade em várias das 11 Diretorias Regionais da SPHAN/*próMemória* distribuídas pelo Brasil, o inventário é considerado uma responsabilidade junto às populações dos diversos Centros Históricos do país, principalmente no que concerne à própria instituição, que necessita conhecer melhor todo o acervo que está sob sua responsabilidade, para que possa desenvolver mais a contento suas ações de proteção.

Cidades como Ouro Preto e Tiradentes, em Minas Gerais, São Luís, no Maranhão, Fortaleza, no Ceará (SPHAN/*próMemória* n.º 43, pág. 6), Cachoeira do sul, no Rio Grande do Sul, e Joinville, Pomerode, Timbó, São Bento do Sul, Jaguará do Sul, Guabiruba e Benedito Novo, em Santa Catarina, estão tendo todos os imóveis que integram seus Sítios Históricos visitados, medidos e fotografados um a um por técnicos e estagiários das áreas de arquitetura, história, sociologia e arqueologia, entre outras, que procuram documentar todas as principais características das edificações, registrando as medidas dos cômodos, as



Tiradentes...

cores, as áreas externas, as alturas internas — pé direito —, entre outros dados que, posteriormente, são analisados e processados com o apoio da da informática.

As equipes que atuam no inventário são constituídas basicamente por pessoas que, de preferência, residam nas próprias cidades cadastradas. Para isso, são contratadas empresas prestadoras de serviço ou, em alguns casos, efetuados convênios com as prefeituras locais, universidades ou com o governo do Estado. Segundo os técnicos da SPHAN/*próMemória* que coordenam o inventário, isto reduz o custo e melhora o desempenho profissional, já que a equipe possui também uma relação afetiva com o objeto estudado.

O Inventário de Bens Imóveis é um trabalho interdisciplinar que está sendo desenvolvido em três vertentes: levantamento documental — fontes bibliográficas; levantamento físico — medições, plantas, etc.; e levantamento sócio-econômico — questionário preenchido pelos proprietários ou usuários que possibilita um perfil da ocupação dos Centros Históricos. O levantamento documental, que antecede a pesquisa de campo, ou seja, o contato direto com cada imóvel, consta basicamente de consultas aos arquivos e bibliotecas locais e estaduais, ao Arquivo Central e à Biblioteca Nacional, ambos no Rio de Janeiro, da SPHAN/*próMemória*, que acumulam vasta documentação sobre as diversas cidades históricas.

Pesquisa de campo

O trabalho de campo tem início com a realização prévia de uma reunião com a comunidade local para apresentar a proposta do inventário e solicitar a colaboração de todos nessa tarefa, utilizando como elo de ligação a relação da SPHAN/*próMemória* com aquele lugar, relação esta que, em muitos casos, já acontece há 50 anos. Segundo a arquiteta responsável pelo Setor de Inventário de Bens Imóveis da Coordenadoria de Registro e Documentação da SPHAN/*próMemória*, Lia Motta, a troca de conhecimentos com a comunidade, nas diversas fases do trabalho, é fundamental.

“De modo geral aprende-se bastante com os moradores, sempre conhecedores e testemunhas das mudanças culturais e históricas ocorridas no lugar onde vivem. Dúvidas sobre a parte técnica, ou a questão da proteção, também podem ser sanadas nesses encontros”, explica Lia Motta. A receptividade positiva por parte das populações é levantada pela arquiteta como um dos pontos fortes do trabalho. “Nós não estamos prometendo nada. Nem restaurar, nem beneficiar imediatamente essas pessoas. O que procuramos mostrar é que, a partir do inventário, poderemos trabalhar de forma detalhada, mais condizente com os anseios das pessoas que habitam esses Centros. Acho que esta honestidade é que vem cativando e motivando essas populações.”



... São Luís...



... e Ouro Preto: casario

As fichas usadas nas entrevistas, pela equipe de campo, possuem linguagem formal, impedindo possíveis distorções provocadas pelas peculiaridades regionais. Assim, os pesquisadores são treinados para que essas fichas não sejam lidas, mas interpretadas. Por serem menos desgastantes, para o proprietário do imóvel, que a visita dos arquitetos — quando são feitas as medições, etc. —, as entrevistas são realizadas, preferencialmente, numa fase anterior. Os resultados, segundo técnicos especialistas, têm sido satisfatórios, até acima do esperado.

Dois tipos de questionários são aplicados: um para residências e outro para estabelecimentos comerciais — neste as perguntas são mais relacionadas ao público usuário. Após esse tipo de pesquisa, existe o interesse de se aprofundar o trabalho com a realização de entrevistas livres, gravadas, com personalidades locais, de acordo com a proposta inicial do projeto.

Para muitos moradores dos Centros Históricos é a primeira vez que o chamado Patrimônio entra em suas casas e, certamente, não será a última. Na opinião de Ítalo Campofiorito, Coordenador de Estudos e Pesquisas e nomeado Coordenador do Inventário Nacional de Bens Imóveis, este é um trabalho permanente, pois deverá sempre ser atualizado. Além disso, segundo Ítalo, muitos produtos serão derivados do inventário, como livros e catálogos, e muitas necessidades de restauração e conservação serão detectadas. Nestes casos, o coordenador prevê ainda a participação da iniciativa privada como fundamental.

Ouro Preto

Ouro Preto e Tiradentes foram as cidades históricas mineiras alvo do inventário de bens imóveis este ano. Em Ouro Preto, a primeira etapa, desenvolvida de maio a julho, cadastrou 82 casas, de um total de, aproximadamente, 1.600, na área central da cidade, onde se localizam monumentos importantes como o Palácio dos Governadores e o Museu da Inconfidência. São, em geral, prédios comerciais ou institucionais, quase sempre de dois andares.

Das 82 edificações cadastradas, dezenove, no entanto, não puderam ser visitadas pelas equipes de campo. Em alguns casos, os proprietários se negavam a receber os técnicos, por achar que a função da SPHAN/pró-

Memória é de fiscalização, portanto com o objetivo de detectar irregularidades nos imóveis tombados. Em outros casos, o imóvel estava em reforma ou seu proprietário viajando.

Apesar disso, a receptividade por parte da população é um item que merece destaque. Desde o início, quando a equipe responsável pelo inventário reuniu-se com a comunidade para apresentar a proposta, o interesse dos ouro-pretanos foi além das expectativas. Na ocasião, foi transmitido à população o compromisso da instituição em ter Ouro Preto como a primeira cidade do Brasil a ser totalmente inventariada. Hoje, no contato com a equipe de campo, os proprietários dos imóveis já chegam a pedir orientações técnicas para reformarem suas casas. Segundo os técnicos da SPHAN/próMemória, os moradores se ressentem, na verdade, muito mais da falta de mão-de-obra especializada do que de recursos para obras. As equipes de campo — três —, cada uma com um arquiteto e dois estagiários, atuam com uma carta de apresentação, munidos de crachás.

No levantamento documental, nesta primeira etapa do inventário, consultou-se todas as fontes secundárias, como jornais, revistas e livros, num total de 231 títulos, nas bibliotecas e arquivos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Atualmente, está em andamento a segunda etapa do inventário em Ouro Preto, em que está previsto o cadastramento de 250 edificações. Esta fase teve início com a pesquisa histórica no Arquivo Público Mineiro, junto ao acervo pertencente à



Torre da Igreja de São José e Santa Cecília dos Pardos, localizada...

Câmara Municipal. São documentos de 1700 a 1760 que, segundo especialistas, contam o início da formação urbana e dos primeiros sintomas de desaceleração econômica, com base na exploração aurífera.

A área pesquisada nesta etapa engloba algumas importantes ruas como Bernardo Vasconcelos, do Aleijadinho, do Pilar, São José, Coronel Alves e Praça Reinaldo Alves Brito, entre



... em Ouro Preto

outras. Após o inventário, pretende-se dar um retorno à população, que seria, em primeiro lugar, encaminhar a planta de cada imóvel ao seu proprietário, com a possibilidade de se montar exposições sobre o trabalho executado e também a realização de uma semana de cinema, já que foram levantados todos os filmes feitos sobre Ouro Preto até hoje.

Em Tiradentes, o inventário tem uma característica um pouco distinta de Ouro Preto, pois a dificuldade de recursos não permitiu que se desenvolvesse as três vertentes do trabalho. Dessa forma, optou-se pelo levantamento físico. Do total de 250 imóveis serão cadastrados, na primeira etapa, 100 edificações.

Segundo a arquiteta Cláudia Márcia Freire Lage, coordenadora do inventário na 7.^a Diretoria Regional, em Belo Horizonte, é necessário que se dê continuidade ao trabalho de inventário, sob todos os aspectos. "A atualização é uma coisa fundamental, pois uma semana após inventariarmos um imóvel, ele pode estar, por exemplo, com a sua pintura de outra cor. Além disso, as expectativas da comunidade são de ver um trabalho desse tipo levado a sério, já que conta com a sua participação. Ela quer ver a conclusão disso, o produto", afirma a arquiteta. Para o ano que vem está previsto o inventário do acervo cultural de Mariana, outra importante cidade histórica mineira, mas ainda não há data definida para o seu início.

São Luís

Iniciado em julho de 1987, o inventário de bens imóveis no Centro Histórico de São Luís (MA), que possui 1.500 prédios tombados no conjunto, já cadastrou aproximadamente 150 imóveis. O trabalho, desenvolvido pela 2.^a Diretoria Regional, está sendo realizado atualmente por duas equipes de campo, que percorrem casa por casa, registrando todos os dados que caracterizam os imóveis, como aspectos arquitetônicos, estado de conservação, entre outros.

Constituído por casas dos séculos XVIII, XIX e XX, o Centro Histórico de São Luís possui hoje somente 30 por cento dos imóveis destinados a residência. Bares, lanchonetes, casas de

material de construção e confecções ocupam a maior parte do Centro Histórico. Esta situação se deve à especulação imobiliária que atua fortemente no local, valorizando muito aquele espaço, e pela preferência dos moradores de saírem para as regiões praianas.

Isto, no entanto, não prejudica a tarefa de inventariar. Dificuldades ocorrem, mas são comuns: alguns proprietários, muitas vezes, não se dispõem a prestar os depoimentos necessários; outros, ainda não muito conscientes da importância do trabalho, resistem, revelando descrença. Segundo os técnicos responsáveis pelo inventário em São Luís, a receptividade, de modo geral, é muito boa, o que permite uma média de quatro a cinco edificações inventariadas por dia, de casas pequenas até prédios de quatro pavimentos. Fazem parte desse universo monumentos tombados isoladamente como o Largo do Desterro e a Praça Gonçalves Dias.

Salvador

No Centro Histórico de Salvador (BA), constituído basicamente por imóveis dos séculos XVI, XVII e, principalmente, do XVIII, o trabalho foi recentemente iniciado pela 5.^a Diretoria Regional da SPHAN/próMemória. Nele estão atuando duas equipes formadas por onze técnicos e estagiários de arquitetura, sociologia e arqueologia.



São Luís: interior da Catedral...



... casario ...



... e sobrados



Vista de Salvador

A primeira fase do inventário prevê o levantamento de 300 edificações localizadas nas áreas do Passo e do Carmo e, destas, 150 já têm os serviços contratados, pois pretende-se agilizar ao máximo o trabalho, tendo em vista o estado precário de muitos imóveis. Conforme explica Vera Lira, que divide a coordenação do inventário da 5.^a DR com Maria Rosa de Andrade, “o Centro Histórico de Salvador tem cerca de dois mil imóveis e a cada chuva forte esse número diminui. Por isso, é necessário também uma medida paralela, em nível emergencial, de escoramento dos prédios”, explica.

Segundo Vera Lira, apesar da existência de monumentos de grande valor arquitetônico nas áreas que vêm sendo trabalhadas, como, por exemplo, o Convento do Carmo, o critério adotado prevê um tratamento igualmente importante para todas as edificações: “Para nós, o monumental tem o mesmo valor das casas de artesão, até porque espera-se que os dados venham subsidiar uma política de proteção mais eficaz, capaz de beneficiar a população como um todo”, conclui.

Santa Catarina

Em continuidade ao trabalho iniciado em 1983, o inventário em Santa Catarina este ano tratou de aprofundar os estudos junto aos imóveis localizados nas regiões de imigração alemã. O objetivo do trabalho é detectar todos os imóveis que merecem ser alvo de tombamento a nível nacional e outros de reconhecido valor que deverão ser protegidos por legislações municipais.

Com isso, a estimativa do responsável pelo Escritório Técnico da SPHAN/*próMemória* em Florianópolis, Dalmo Vieira, prevê cerca de 50 casas merecedoras de tombamento nacional, num total de 500 edificações que integrarão o que foi denominado “Roteiros Nacionais de Imigração” (SPHAN/*próMemória* n.º 29, pág. 1), distribuídas em cidades como Joinville, Pomerode, Timbó, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Guabiruba e Benedito Novo. A principal característica do patrimônio teuto-brasileiro é a paisagem, onde as edificações, com telhados inclinados e tijolos à mostra, integram-se harmoniosamente ao ambiente rural.

Segundo Dalmo, o trabalho, realizado através de convênios com as pre-

feições locais, deverá estar concluído em 89. Paralelo ao inventário, o ET Florianópolis fez o levantamento fotográfico de todos os exemplares da arquitetura religiosa nas cidades de São Francisco do Sul e Laguna, ambas de origem luso-brasileira. São aproximadamente 200 edificações que, analisadas em conjunto, permitem uma visão de evolução neste tipo de arquitetura através dos tempos.

Rio Grande do Sul

Em fase inicial, o inventário no Rio Grande do Sul teve este ano, numa relação de 15 municípios, a cidade de Cachoeira do Sul escolhida para ser a primeira cadastrada. A escolha deve-se ao fato de a cidade, localizada na chamada Região do Vale Jacuí, ser uma das mais importantes do Estado, onde teve início a imigração açoriana, a mais antiga do Rio Grande.

O trabalho é amparado por um convênio entre a SPHAN/*próMemória*, através da sua 10.^a Diretoria Regional, com sede em Porto Alegre, e a Prefeitura de Cachoeira, que forneceu um carro e a equipe de campo, formada por um arquiteto, um estagiário de desenho, um fotógrafo e um datilógrafo. A metodologia utilizada, que prevê o cadastramento de cerca de 130 edificações, é da própria DR, que no ano passado teve a oportunidade de testá-la com êxito no município de Caçapava. Na ocasião, foram inventariados 125 imóveis, 75 na cidade e 50 no interior.



Rua do Riachuelo, 12 — imóvel cadastrado em Caçapava do Sul (RS)

A brincadeira



do boi voador

A tarefa de revitalizar a relação público-museu, permitindo um maior acesso dos visitantes à informação, tem sido um desafio para todos os que trabalham nos museus brasileiros, nos dias de hoje. O objetivo maior é reverter a idéia de que museu é lugar de “coisa velha”, estático e sem vida. O conteúdo de seus acervos tem uma história para contar, através dos objetos ali contidos. Mas torná-la acessível e compreensível ao público através de uma exposição nem sempre dá bons resultados.

Pensando nessa questão, a formação do público infantil é atualmente tarefa primordial dos museus. Com essa finalidade, o grupo teatral Cia. das Cenas elaborou o projeto “O Espaço do Museu — Uma Odisséia no Tempo”, que vem sendo desenvolvido pelo Museu do Folclore Edison Carneiro. O projeto consiste em dinamizar as visitas aos museus, fazendo com que as crianças possam acompanhar as exposições participando delas, através de brincadeiras, músicas e histórias. É difícil para uma criança percorrer um museu vendo as peças, lendo as le-

gendas e não conhecendo suas origens, nem sabendo o porquê de tudo aquilo e a importância dos objetos.

O grupo apresenta, para crianças de 6 a 13 anos, o espetáculo “A Brincadeira do Boi Voador”, que tem como base para o roteiro o “Auto do Boi”. Segundo os criadores do espetáculo, a própria localização do Museu do Folclore, na Rua do Catete, que é cheia de histórias e tradições, “já encerra em si mesma uma força muito expressiva de cultura popular”, por se tratar de uma rua de grande movimento, num bairro popular, próximo à feira-livre e com um intenso comércio de calçada. Para eles, “A Brincadeira do Boi Voador” tem como preocupação central “comprometer o visitante com um mergulho sensível e poético no imaginário popular, vivendo o resgate de sua memória de forma ativa, pois a manifestação popular e folclórica está pulsando e só é objeto de museu se a considerarmos dentro de uma perspectiva contemporânea e participante”.

De acordo com Lúcia Yunes, da equipe do Museu Edison Carneiro, um museu dedicado à cultura popular não

Como fazer para tornar a visita a um museu uma atividade dinâmica e proveitosa, além de divertida? Como formar um novo público para os museus? Para responder a estas perguntas, um grupo de atores e músicos idealizou o projeto “O Espaço do Museu — Uma Odisséia no Tempo”, com o objetivo de tornar mais dinâmica e viva a visitação aos museus. O resultado prático dessa iniciativa é a apresentação do espetáculo “A Brincadeira do Boi Voador”, que se vem realizando desde 1987 no Museu do Folclore Edison Carneiro, do Instituto Nacional do Folclore/FUNARTE/MinC, no Rio de Janeiro. Em 1988, o projeto contou com o apoio do Sistema Nacional de Museus, do Ministério da Cultura.

quer apenas preservar o passado, “mas, antes, recuperar para o homem brasileiro sua própria história, seus hábitos e seu modo de viver. Assim, ‘A Brincadeira do Boi Voador’ vem servindo para subsidiar uma discussão mais ampla”, conclui.

O espetáculo

A “Brincadeira” começa pela chamada às crianças na calçada em frente ao portão do Museu. Os atores animam o público à visitação, convidando-o a entrar e, a seguir, se transformam em personagens: o Zé da Burra, que sai à procura do boi que sumiu, um cantador, um personagem da Folia de Reis, uma tecelã, Velha Fiá, entre outros que vão surgindo durante o percurso dentro do Museu. Por fim, o público, ao sair, encontra o boi.

Os visitantes, guiados pelo Zé da Burra, vivenciam várias histórias, com diferentes personagens, muita música e movimentação. Cada uma acontece com um sentido, acompanhando a exposição permanente do Museu, desde



*As crianças
e os espetáculos:
integração total*

Foto: Décio Daniel

o seu processo de montagem. Tudo é feito numa linguagem fácil, para permitir que a criança entenda o que está vendo. “Estamos fazendo as apresentações de forma lúdica e criativa”, explicam os atores, “de acordo com a proposta do Museu, mostrando detalhes das peças e sua origem, de maneira não cansativa e fugindo ao padrão sala de aula.”

Dessa forma, a relação que se estabelece com as crianças é diferente daquela entre o público e a platéia no teatro. Para o grupo, trata-se de fato de uma visita animada, com a participação fundamental das crianças, que criticam, perguntam, riem, falam e interferem, manifestando grande interesse durante todo o espetáculo, que tem a duração de uma hora e dez minutos.

O grupo

O grupo Cia. das Cenas, composto por Cristiano Mota Mendes, Ronaldo Mota, Sônia Piccinin e Tônio Carvalho, encerrou as apresentações no Museu do Folclore em novembro. Para o ano que vem, espera obter patrocínio para dar continuidade ao trabalho. De acordo com Cristiano, a dificuldade de se conseguir atenção e estímulo para o projeto é o fator que mais pesa para os artistas começarem um trabalho e seguirem com ele. Para a “Brincadeira”, o grupo conseguiu o apoio das Indústrias Reunidas São Jorge S.A., que já tem uma tradição em

patrocinar eventos culturais. “Seria ótimo se outras empresas se interessassem e viessem a patrocinar atividades como a nossa para escolas, museus, enfim, tudo o que diz respeito à educação”, afirma Cristiano.

O projeto “O Espaço do Museu — Uma Odisséia no Tempo” foi idealizado em 1985. Na época, o grupo se denominava Teatro Feliz Meu Bem. Sua primeira experiência de visita animada se deu no Museu Nacional de Belas Artes, com o espetáculo “Museu Animado”, patrocinado pela *próMemória*, através do Programa Nacional de Museus e destinado a turmas de 1.º e 2.º graus, de colégios estaduais ou particulares.

O Museu foi transformado em um grande palco. Atores e músicos percorriam as principais salas, contando fatos dos diversos períodos da história da arte, estimulando respostas e criatividade de cada visitante. Ao invés de um guia tradicional, a personagem D. Conceição, uma dona-de-casa que estava em busca de um retrato seu pintado por um pintor desconhecido, misturava-se aos visitantes, provocando o desenrolar da trama, com a participação de outros personagens, relacionados com o acervo do Museu, como a colombina, o pierrô, o domador de circo e outros. Assim, as obras do século XX — dos impressionistas aos pintores abstratos brasileiros, passando pelos regionalistas — iam sendo mostradas por situações criadas no enredo do espetáculo.

Os visitantes apreendiam uma visão geral da arte brasileira, tendo contato com obras de artistas como Eliseu Visconti, Quirino Campofiorito, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Cícero Dias, Guignard, Pancetti, Di Cavalcanti, Djanira, Portinari, Maria Leoncina, Tomie Ohtake, Wanda Pimentel, Roberto Magalhães, Jorge Guinle Filho, entre outros.

Para os integrantes do grupo, a experiência de trabalho com faixa etária diversificada foi muito interessante, na medida em que constataram, através de observações feitas pelas crianças durante os dois espetáculos — “A Brincadeira do Boi Voador” e “Museu Animado” — e em posterior avaliação ao final das apresentações, o entusiasmo e o prazer pela experiência vivida. Por parte dos adultos — mães, professores das turmas, educadores em geral, técnicos de outros museus —, os depoimentos foram muito positivos, tanto sob o aspecto da sua participação pessoal, como da avaliação do nível de envolvimento das crianças. Na avaliação destas, podem-se encontrar indícios da validade do projeto, segundo seus idealizadores. Antes de um dos espetáculos, uma menina perguntou: “Museu é sempre todo de ouro?” Ao final da visita ao Museu Edison Carneiro, a surpresa de uma outra criança ao perceber que este “lugar” se parece com sua própria história: “Este museu é diferente. Ele fala da vida de cada um de nós. A gente nasce, vai para a escola, casa, fica rico, mas não precisa ficar muito rico não, depois fica velho e morre.” Essa foi uma referência suscitada a partir da observação da obra “A Escada da Vida”, de Antônio Oliveira, sem a interferência direta de uma explicação didática.

A Arqueologia marcou um tento

*Rosana Pinhel Mendes Najjar

A nova portaria da SPHAN (nº 007/88), que versa sobre arqueologia e, mais especificamente, complementa a Lei nº 3.924/61 — que dispõe sobre os sítios arqueológicos brasileiros —, deve ser vista como um grande avanço para a política de preservação arqueológica adotada pela casa. Vem fortalecer ainda mais a atuação da SPHAN nesta área, propiciando a agilização das atividades de preservação.

Tomou-se por base a legislação de proteção do patrimônio arqueológico de outros países, numa tentativa de aproveitar-lhes a experiência na resolução de problemas que vínhamos enfrentando. Foi preciso um estudo de dois anos, quando então, tendo a primeira minuta elaborada, se passou a discuti-la com os arqueólogos atuantes no país. Não há que negar a colaboração por eles prestada, somando-se à nossa experiência o conhecimento e a opinião daqueles que são responsáveis pela realização dos trabalhos científicos nesta disciplina.

Os objetivos gerais da Portaria 007 estão definidos em seu art. 1º, que estabelece “os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos e pré-históricos...”

Faz-se necessário um histórico dos motivos que nos levaram a elaborar esta portaria. À Coordenadoria de Arqueologia da SPHAN/*próMemória* cabe, entre outras atribuições, o papel de assessorar o Secretário da SPHAN no que tange às autorizações, permissões e comunicações prévias para a realização de pesquisas arqueológicas em território nacional.

A maior dificuldade para a execução desta tarefa residia no fato de os projetos de pesquisa encaminhados para análise, na maioria das vezes, não conterem as informações mínimas necessárias para uma avaliação criteriosa, acarretando a demora das respostas às solicitações e,

conseqüentemente, atrasando a execução dos projetos. Este problema ficou equacionado a partir do momento em que as novas determinações definiram claramente os pontos principais que deverão constar em cada solicitação.

Sendo uma das características dos projetos de pesquisa científica a longa duração, um dos pontos especificados na portaria trata do problema que essa “longa duração” tem produzido no que se refere à realização de projetos que não chegam ao seu termo, impossibilitando o desenvolvimento de pesquisa sob a responsabilidade de outros arqueólogos, tendo em vista o fato de a área ainda se encontrar comprometida com o primeiro projeto. A solução encontrada está definida no art. 7º, determinando que as pesquisas serão revalidadas a cada dois anos, se obedecidas as condições contidas no seu parágrafo único, e no art. 8º.

Outras condições também foram estabelecidas com o objetivo de levar o pesquisador a divulgar, seja em eventos científicos ou por intermédio de publicações, os dados obtidos durante as pesquisas, tornando muito mais democrática a divulgação científica e inserindo na sua proposta de trabalho a execução de medidas que visem assegurar a valorização do potencial científico, cultural e educacional desse patrimônio arqueológico.

Esperamos assim ter regulamentado alguns pontos que dificultavam a aplicação da Lei nº 3.924/61, já estando a Coordenadoria de Arqueologia desenvolvendo estudos de outros pontos, já detectados como problemáticos, que se espera, num futuro próximo, possam ser esclarecidos e/ou complementados através de novas portarias.

*Arqueóloga da Coordenadoria de Arqueologia da SPHAN/*pró-Memória* e Professora de Arqueologia Brasileira da Universidade Estácio de Sá.

Convênios beneficiam preservação de patrimônio natural

A SPHAN/*próMemória* e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), do Ministério do Interior, assinaram, em dezembro, quatro convênios visando ao estabelecimento de ações no âmbito da preservação do patrimônio natural. Os acordos firmados envolvem recursos financeiros da ordem de Cz\$ 13 milhões, que serão aplicados na recuperação do patrimônio natural urbano da Cidade de Goiás (GO) e paisagem circunvizinha (Cz\$ 4 milhões), na elaboração do plano de zoneamento e na programação de uso público da Serra de São José, em Tiradentes (MG) (Cz\$ 3 milhões), no zoneamento ecológico e na elaboração de um plano diretor para a Serra da Barriga, no município alagoano de União dos Palmares (Cz\$ 3 milhões) e na preservação dos fósseis paleobotânicos (plantas fósseis) do Estado do Rio Grande do Sul (Cz\$ 3 milhões).

De acordo com os convênios, a SEMA repassará os recursos financeiros previstos à Fundação Nacional *próMemória*, que, por sua vez, executará os trabalhos, acompanhando os projetos em todas as suas etapas.

Segundo o Coordenador de Patrimônio Natural da SPHAN/*próMemória*, Carlos Alberto Xavier, além de estar prevista na legislação de sua organização (Decreto-lei n.º 25, de novembro de 1937), a participação da instituição em ações dessa natureza, justifica-se por ser a SPHAN órgão pertencente ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), criado pela Lei n.º 6.938, de 1981.

Projetos

Em relação a Goiás e Tiradentes, as ações atingirão áreas de valor ecológico e cultural das duas cidades. Pretende-se propor medidas no âmbito municipal objetivando proteger a paisagem tombada dessas localidades e recuperar o patrimônio cultural nelas

existente. Esses projetos estão dentro da filosofia de trabalho da SPHAN/*próMemória* no sentido de não privilegiar tão-somente os monumentos arquitetônicos isolados, mas estender as ações de preservação ao seu entorno, o que inclui a recuperação e uso do patrimônio natural urbano.

O objetivo do projeto relativo à Serra da Barriga, onde se instalou a sede do Quilombo dos Palmares, é elaborar o plano de manejo do local, com vistas à preservação de seus valores históricos e naturais e definição de uso público da área. Tal ação decorre do Decreto n.º 95.855, de 21 de março de 1988, assinado pelo Presidente da República, declarando a Serra da Barriga Monumento Nacional, pela importância histórica do sítio, "onde se desenrolaram os acontecimentos relacionados com a luta libertária de Zumbi". A Serra da Barriga é tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como "marco na conquista da liberdade". Para dar início ao projeto, foi demarcado o perímetro da área em

questão com vistas à sua desapropriação por utilidade pública.

Em seminário técnico realizado pela SPHAN/*próMemória*, em setembro último, na cidade de Santa Maria (RS), foram definidos os sítios de maior importância em toda a área de ocorrência de fósseis paleobotânicos e paleozoológicos (animais fósseis), que abrange cerca de 300 quilômetros e inclui os municípios gaúchos de Santa Maria, São Pedro do Sul e Mata. Segundo informações da Coordenadoria de Patrimônio Natural da SPHAN/*próMemória*, o objetivo do convênio assinado com a SEMA é definir o destino dos fósseis, elementos cuja comercialização é proibida por lei. Dessa forma, pensa-se em delimitar as áreas mais significativas, transformando-as em espécies de museus ao ar livre, o que, no entender da Coordenadoria, garantirá a sua preservação. Ao mesmo tempo, pretende-se definir um programa de pesquisa sistemática dos fósseis paleobotânicos e paleozoológicos.



Vista panorâmica da cidade de Goiás

Foto: Arquivo SPHAN/*próMemória*

Educação indígena: A formulação de uma política nacional

A questão da educação indígena vem sendo discutida no Brasil há alguns anos, não só por organismos oficiais, mas também por organizações não governamentais e pelos povos indígenas diretamente envolvidos (SPHAN n.º 40, págs. 12 e 13). Com a elaboração da nova Carta constitucional, fato histórico que marcou a vida do país, mais uma vez esse tema volta a ser debatido. O objetivo maior dos diversos setores nacionais

que lidam com a questão é a implementação de uma Política Nacional de Educação Indígena, a ser formulada com a participação de todos esses setores, principalmente das organizações indígenas, tais como a União das Nações Indígenas — UNI, criada em 1980, o Conselho Geral da Tribo Tikuna, a Organização Geral dos Professores Tikuna Bilíngües, do Alto Solimões, e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, entre outras.

Constituinte constituição



Fernando Luiz Yawamawa

Ilustração do livro Por uma Educação Indígena Diferenciada

A atual Constituição brasileira, em vigor desde o último dia 5 de outubro, reconhece o direito à educação escolar aos povos indígenas do país. De acordo com o novo texto constitucional, “o ensino regular será ministrado na língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização também de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, no ensino fundamental” — artigo 212, parágrafo segundo. Mais adiante, no Capítulo VIII — “Dos Índios” —, o artigo 234 estabelece: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tra-

dições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Para se chegar a esse resultado, um longo caminho foi trilhado. Começou com a mobilização para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, congregando esforços de diversas áreas, dos povos indígenas e suas organizações e de muitos parlamentares, permitindo que fossem garantidos alguns direitos fundamentais para esses povos. Um dos passos dessa caminhada foi também a realização do Encontro Na-

cional de Educação Indígena, no Rio de Janeiro, em outubro de 87, promovido pela SPHAN/próMemória, através de sua Coordenadoria Geral de Referência Cultural — CNRC e pelo Núcleo de Educação Indígena do Museu do Índio do Rio de Janeiro, subordinado à Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

O encontro contou com a participação de representantes das organizações indígenas, de instituições acadêmicas — educadores, lingüistas, antropólogos, matemáticos, entre outros —, de órgãos públicos, como as Secretarias de Educação, Delegacias Regionais da FUNAI, Ministério da Cultura e de organizações não governamentais de apoio aos índios, como por exemplo a Comissão Pró-Índio, que atua no Acre, em São Paulo e Roraima, o Conselho Indigenista Missionário — CIMI, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e a Operação Anchieta — OPAN, de missionários leigos atuantes em áreas indígenas. O objetivo principal era contribuir para a elaboração da nova Constituição, através de um balanço e diagnóstico da situação das escolas indígenas, da proposta de diretrizes gerais para a formulação de uma política nacional de educação indígena e do estudo de mecanismos de ação coordenada capazes de agilizar o encaminhamento dessa política.

Foi então criado o Grupo de Trabalho Mecanismos de Ação Coordenada, apelidado BONDE, com o objetivo de realizar tal tarefa. O encontro concluiu, também, pela necessidade de serem criados, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Cultura, “orga-

nismos próprios de educação indígena", para viabilizar, acompanhar e avaliar a execução dessa política, a ser formulada com a participação dos povos indígenas, de educadores e instituições nacionais competentes.

Gestões nesse sentido estão sendo desenvolvidas pelos integrantes do BONDE, que se caracteriza por ser um grupo aberto, reunindo pessoas das mais diversas instituições, entidades e organizações, como a SPHAN/pró-Memória e a Secretaria de Atividades Sócio-Culturais — SEAC, do Ministério da Cultura, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Cultura, CPI, UNI, OPAN, CIMI, universidades, museus e outras. A formulação da Política Nacional de Educação Indígena é meta prioritária e, de acordo com o Grupo de Trabalho, deve "ser assumida, implantada e implementada pelo Estado como sua política oficial", devendo expressar, em nível internacional, "as conquistas atuais dos povos na luta pelo reconhecimento dos direitos humanos individuais e coletivos" e, em nível nacional, "o respeito à nova Constituição, que consagra essas conquistas".

Para alcançar essa meta, em outubro de 1988 foi preparado e encaminhado pelos integrantes do BONDE, a todas as organizações indígenas, entidades de apoio e instituições envolvidas com a questão, um documento "em construção", isto é, não acabado, intitulado "Subsídios para a Elaboração da Política Nacional de Educação Indígena e Legislação Ordinária Correspondente". A intenção dos que o elaboraram é de que ele seja discutido, questionado, enriquecido, para que "desse trabalho de mutirão nacional resulte finalmente um documento sobre a educação indígena que seja representativo do esforço de toda a sociedade organizada e como tal respaldado e assumido pelo Estado brasileiro, por intermédio dos Ministérios da Educação e da Cultura".

Documento

Os resultados de uma série de reuniões, seminários e encontros sobre educação indígena, que culminaram com o Encontro Nacional de outubro de 87, formam a origem do documento agora em elaboração. Outro fator que também contribuiu para essa tarefa foi a criação, nos últimos anos, em várias regiões do Brasil, dos Núcleos de Educação Indígena — NEIs, formados por educadores e entidades locais compro-

metidos com a questão e com a mudança da imagem dos indígenas veiculada nas escolas do país. O primeiro NEI foi criado em 1981, no Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco; em 1986, foi estruturado o de Roraima, a partir das reivindicações das lideranças indígenas, pela Secretaria de Educação e Cultura local; seguiram-se os NEIs de Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pará e São Paulo. O mais recente está sendo constituído no Rio Grande do Sul. Todas essas unidades vêm realizando pesquisas, promovendo encontros de educadores e cursos de capacitação de recursos humanos, entre outras atividades.

As considerações, propostas e recomendações constantes do documento abrangem desde os princípios e diretrizes gerais para a formulação da Política Nacional de Educação Indígena, assim como pontos importantes sobre o tema, como alfabetização e ensino bilíngüe, formação de recursos humanos, materiais didáticos, currículo, metodologia, funcionamento, preparação pedagógica dos professores e estudos e pesquisas para a educação indígena.

Segundo o documento, "a escola indígena tem que ser parte do sistema

de educação de cada povo, no qual, ao mesmo tempo que se assegura e fortalece a tradição e o modo de ser indígena, fornecem-se os elementos para uma relação autêntica com outras sociedades, a qual pressupõe por parte das sociedades indígenas o pleno domínio de sua realidade: a compreensão do processo histórico em que estão envolvidas, dos valores e contravalores da sociedade envolvente e a prática da autodeterminação". Para alcançar esses objetivos, a escola indígena, "dado o seu contexto cultural, exige qualidade pedagógica específica", e deve assegurar ao educando "uma continuidade que lhe é de direito no sistema educacional global".

A vinculação formal das escolas indígenas a organismos de caráter federal é uma das recomendações do documento, "na medida em que o reconhecimento da pluralidade étnica brasileira na própria Constituição garante para cada povo indígena uma escola absolutamente condizente com sua cultura. Portanto, a educação indígena precisa de escolas específicas (...). Os detalhes de cada escola em cada comunidade só poderão surgir no diálogo e no envolvimento dos respectivos grupos nesse processo", conclui.

Primeiro encontro



sores índios, de 14 nações, reunidos para debaterem a situação da educação administrada em suas comunidades.

Os professores abordaram os seguintes temas: "Como se aprende a viver?"; "Se já existia a educação na originalidade, para que funciona a escola atual?"; "Que tipo de escolas queremos? Escola profissional ou escola voltada à tradição indígena?"; "Como deve ser a escola que queremos?"; e "Quais os passos que devemos dar para conseguir a escola que queremos?"

Segundo o documento final do encontro, os participantes chegaram à conclusão que a escola deve ser bilíngüe — língua materna e língua nacional —, voltada à cultura de cada povo e ligada às suas tradições, conscientizadora, tendo em vista a autodeterminação, deve colocar-se em defesa dos direitos indígenas, ter os seus objetivos avaliados pela própria comunidade e, por último, que a escola indígena seja regulamentada a nível federal.

O Primeiro Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, realizado em Manaus (AM) entre os dias 15 e 18 de outubro passado, se destaca entre os diversos encontros até hoje realizados para discussão do tema Educação Indígena, por ter tido promoção e participação exclusiva de 42 profes-

Preservação documental é o tema da presente entrevista. Para dele tratar, o *Boletim SPHAN/próMemória* ouviu a Coordenadora de Documentação da instituição, Jannice Monte-Mór, que, entre outros aspectos ligados ao assunto, aborda a questão da aplicação da tecnologia em benefício dessa importante área para a configuração da identidade cultural de um país.

— Quando se fala em documento as pessoas geralmente pensam logo em papel. No seu entender, o que vem a ser um documento?

JMM — Num sentido lato, pode-se afirmar que tudo é documento. Depende muito do contexto. Tudo aquilo que traz uma mensagem, uma informação, é um documento; pode ser um documento em si e pode ser um documento em função de um determinado contexto.

— Diante dessa colocação, qualquer bem de valor cultural é um documento?

JMM — Exatamente. Em matéria de Patrimônio, todo bem cultural é um documento, seja ele arquitetônico, artístico, arqueológico, um sítio natural. . .

— Há uma consciência em torno disso?

JMM — Existe na consciência de todos a clareza de que todo bem é um documento preservável, seja ele de qualquer natureza, arquitetônica, bibliográfica ou arquivística. Eu acho que a SPHAN/próMemória adquiriu na prática essa consciência de preservação de documento como um todo, porque a lei que criou, que organizou a instituição é muito completa.

— Se tudo pode ser considerado documento, há que se estabelecer prioridades em termos de preservação?

Na sua opinião, o que deve ser preservado?

JMM — Essa resposta é delicada. Teoricamente pode-se dizer o que é de valor histórico, o que é de valor cultural. Definir cultura é bastante subjetivo. Depende muito de áreas e depende muito de contexto. Por exemplo, numa biblioteca científica, especializada, interessa o último documento; numa biblioteca nacional interessa preservar todos os documentos com todas as suas variantes, todas as suas edições e reedições.

— É uma questão de política?

JMM — Sim. E essa política é um pouco delicada, por isso mesmo tem havido um problema sério para o Patrimônio dirimir, quer dizer, mesmo em termos de bens arquitetônicos há dificuldades em definir prioridades em termos de preservação.

— E como resolver isso?

JMM — Isso, na verdade, tem que ser um amadurecimento cultural do país e por áreas, com pessoas realmente idôneas fazendo uma filtragem até que se chegue ao Conselho Consultivo da SPHAN com todo um processo estudado. É preciso haver uma política de preservação. Acho que isso é muito difícil num país novo como o nosso. Isso é reflexo de uma cultura. Tem que haver uma educação do povo. Há tempos não se tinha, por exemplo, essa conscientização de ecologia, de educação ambiental para

preservação de sítios, de espécies, da qualidade de vida.

— Especificamente em sua área de atuação, quais seriam as prioridades?

JMM — No campo restrito da Coordenação de Documentação, eu vejo a necessidade da preservação do Arquivo Central da SPHAN através de um estudo que está sendo realizado de tratamento do arquivo com as suas três idades: o arquivo histórico, o arquivo intermediário e o arquivo corrente. Estamos tentando ver se aplicamos isso a esse arquivo. A ideia é fazer com que ele venha a abranger a produção de documentos de todas as entidades da SPHAN/próMemória.

— E como atingir esse objetivo?

JMM — Através de um processo de filtragem, que vai chegar a um conjunto de documentos chamado arquivo histórico, a um certo grupo chamado arquivo intermediário e aos papéis correntes. Isso voltado para a Casa como um todo, quer dizer, a SPHAN/próMemória e todos os seus órgãos subordinados.

— Além do Arquivo, haveria outra prioridade?

JMM — A Biblioteca Noronha Santos da SPHAN, que, no meu entender, deve se tornar uma biblioteca especializada nas áreas de interesse da SPHAN/próMemória, ou seja, conservação, arquitetura, belas-arts, arqueologia, etc. Essa biblioteca seria especializada também por tipo de documento. Por exemplo, tudo o que foi produzido pela Casa em termos de periódicos. Caberia à Noronha Santos possuir todos os números da *Revista do Patrimônio*, do *Boletim SPHAN/próMemória*, do *Informativo SPHAN/próMemória*, das publicações dos museus e casas históricas vinculados à instituição. Estamos trabalhando nesse sentido.

— A partir de quando o Brasil começou a se preocupar com a questão da preservação documental?

JMM — Oficialmente, com a criação do Patrimônio, em 1937. É evidente que anterior a esse fato há toda uma história de pessoas sensíveis à questão da preservação documental. No entanto, tem-se que levar em consideração que antes da criação do

Patrimônio já existiam o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A existência dessas duas instituições já se constituía numa demonstração de preocupação com a problemática da preservação documental. É verdade que são níveis diferentes de preservação. Quando a Biblioteca Nacional dispõe de uma lei de 1907 que lhe dá prerrogativas de recolher tudo o que se publica no país — o chamado Depósito Legal —, isso é uma forma de preservação de documentos. Agora, quando ela guarda mal esses documentos, já precisa lançar mão de outra forma de preservação, que é uma conscientização do tratamento do papel com produtos químicos, evitando incidência de luz ou de outras manifestações físicas. Hoje em dia, temos esses estudos de preservação, de conservação e de restauração muito desenvolvidos em nível científico no mundo todo.

— *Quais são as instituições no Brasil que cuidam da preservação documental?*

JMM — Fundamentalmente, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e a SPHAN/próMemória. Agora, vemos surgindo outras instituições como a Fundação Casa de Rui Barbosa, que dispõe de um laboratório de restauração e trabalha com microfilmagem, a Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, o Centro de Conservação e Restauração de Bens Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte. . .

— *Não estaria ocorrendo uma duplicação negativa de esforços com tantas instituições atuando no mesmo âmbito? Não haveria necessidade de uma maior interação entre elas?*

JMM — No meu entender, há no Brasil muito pouca cooperação, apesar dos avanços, dos especialistas, máquinas e consciência de que isso pode ser feito. Lamento que não haja uma cooperação ideal, que as entidades não queiram repetir o que outras estão fazendo. Lamento que não se faça no país um grande laboratório e que, a partir daí, se possa reproduzir outros pequenos laboratórios. A tecnologia que já absorvemos é suficiente para fazermos muito mais do que estamos fazendo. O laboratório da Biblioteca Nacional, por exemplo, já possui equipamentos e pessoal

capaz de fazer trabalhos finos nessa área. Em termos de execução, no entanto, acho que deve haver uma multiplicação de centros de conservação, até mesmo por uma questão física: se você tem uma grande biblioteca em Brasília, no Rio Grande do Sul ou no Amazonas, dificilmente vai poder transportar uma massa de documentos para ser tratada em outro Estado. Sou de opinião que os laboratórios devem se espalhar pelo país, pois a massa de documentos a ser tratada é muito grande. Isso não é duplicação negativa para o trabalho de preservação documental.

“É preciso haver uma política de preservação. Acho que isso é muito difícil num país novo como o nosso. Isso é reflexão de uma cultura.”

— *E a questão da tecnologia na área de preservação documental?*

JMM — Todo o tratamento do suporte da informação está evoluindo muito porque a tecnologia vai trazendo novos suportes. Filme, videocassete são suportes diferentes e novos de informação e são bens culturais. Daí porque, no meu entender, a tarefa de preservação de documentos é ampla, global.

— *Como anda o Brasil nessa questão da tecnologia?*

JMM — O que está ocorrendo é que a tecnologia está se desenvolvendo muito rapidamente; o Brasil está absorvendo a tecnologia muito rapidamente. No entanto, o tratamento técnico, o tratamento adequado a cada uma dessas tecnologias não

está sendo desenvolvido da mesma forma. Nós estamos desenvolvendo muito mais a capacidade de construir computadores ou de manipular computadores do que a capacidade de desenvolver cérebros para tratar a informação, catalogar os documentos, classificar os documentos e recuperar a informação. Acho que os nossos arquivologistas, os bibliotecários, os cientistas da informação estão ficando muito distantes dos seus colegas no exterior.

— *Poderia explicar isso melhor?*

JMM — Nos países adiantados, a informática está a serviço da informação; no Brasil ocorre o contrário. É muito comum encontrarmos um bibliotecário esperando que um especialista em computador venha lhe dizer como ele deve automatizar sua biblioteca. Não é isso que queremos. Devemos, pelo menos, saber como nós queremos que a nossa biblioteca seja automatizada. Nós não vamos operar o computador, mas devemos saber se queremos registrar nosso documento num microcomputador ou se o lógico é registrá-lo num grande computador central e depois nos ligarmos a esse grande computador porque lá se vão somar outros registros. Essa filosofia, essa política da informação, esse conhecimento do uso da tecnologia a serviço da informação, isso é do especialista do tratamento do documento. E esse aspecto está se desenvolvendo mais lentamente no Brasil.

— *Ao lado da preservação deve-se pensar em outra questão: a difusão do acervo preservado; torná-lo acessível à sociedade...*

JMM — Ai é que vejo a necessidade do uso da informática, a necessidade do uso do tratamento técnico, ou seja, da catalogação, da indexação, para recuperação do documento através da automação. O que vemos hoje no mundo inteiro são tentativas de se utilizarem meios compatíveis e de se somarem esforços. Há um grande desenvolvimento no campo das bibliotecas, até mesmo no campo comercial com os vendedores da informação, grandes firmas que fornecem informações baseadas nos acervos das bibliotecas, e um grande esforço dos arquivos para se automatizarem, embora a automação de arquivos esteja ocorrendo de forma mais lenta por ser mais complexa.

NOTICIÁRIO

Cinemateca fica

A Cinemateca Brasileira continuará ligada à SPHAN/*próMemória*. Esta foi a posição defendida pelo Conselho Deliberativo daquela Instituição, diante da possibilidade da sua transferência para o âmbito de atuação da recém-criada Fundação do Cinema Brasileiro. O assunto motivou o interesse de toda a assembleia e gerou reflexões de ordem jurídica, conceitual e política.

Do ponto de vista conceitual, após amplo debate, saiu reforçada a identidade de propósitos entre a Cinemateca Brasileira e a SPHAN/*próMemória*, unidas por um abrangente conceito de preservação de patrimônio.

Diante disso, o Conselho resolveu, por unanimidade, recorrer às autoridades, à comunidade intelectual e órgãos de imprensa, visando transmitir a inoportunidade de se vincular a Cinemateca Brasileira aos novos órgãos da administração do cinema.

Pilar

A Matriz de N. Sr.^a do Pilar, em Ouro Preto (MG), um dos exemplares mais significativos do barroco mineiro, está sendo beneficiada através do projeto "Adote um Monumento", da SPHAN/*próMemória* (SPHAN n.º 43, pág. 21). A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração está patrocinando a limpeza e pintura das paredes externas e a substituição de todo o sistema de iluminação interna, além de doar 50 OTNs por mês — desde outubro de 1987 — para a conservação do templo.

O projeto de iluminação prevê a troca de toda a fiação elétrica, a colocação de canaletas para a passagem dos fios, a montagem de iluminação indireta e a utilização de luz fria, para não interferir na conservação das telhas e pinturas da igreja. A limpeza e pintura externas estão sendo feitas por técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto, sob supervisão da SPHAN/*próMemória*. A questão de segurança contra fogo também será resolvida,

com a instalação de equipamentos de prevenção e combate a incêndios.

O vigário do Pilar, padre José Feliciano da Costa Simões, que há muitos anos vem defendendo o patrimônio de Ouro Preto, acredita que essa iniciativa é muito importante, não apenas porque possibilita a conservação do monumento, mas principalmente porque outras empresas estão seguindo o exemplo da CBMM e contribuindo para a recuperação e preservação da cidade. Entre essas empresas, citou o exemplo da Companhia Energética de Minas Gerais — CEMIG, que fará a iluminação externa da Matriz do Pilar e da Igreja de N. Sr.^a do Rosário dos Pretos, e de uma pequena empresa local, Transporte Queiroz, que está reformando a igreja de N. Sr.^a das Dores, no distrito de Antônio Dias, que é parte do município de Ouro Preto.

Campanha Missões

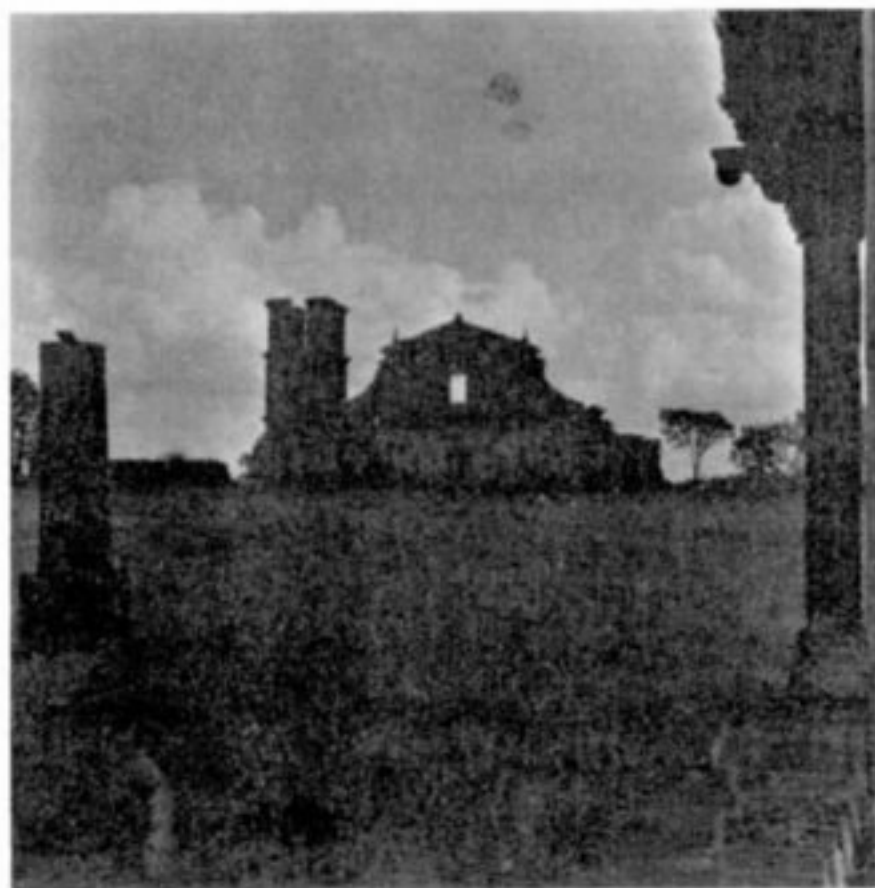


Foto: Arquivo SPHAN/*próMemória*

No último dia 3 de novembro, em Paris, a UNESCO lançou campanha de divulgação e apoio aos sítios arqueológicos das Missões, tombados como Patrimônio Cultural da Humanidade. A campanha tem como objetivo difundir mundialmente a importância das antigas reduções jesuítas, fundadas no início do século XVII para catequese dos povos guaranis que habitavam o oeste do Rio Grande do Sul, o norte da Argentina e o Paraguai.

Participaram representantes dos três países responsáveis pelos acervos restantes das obras missionárias. O

diretor da 10.^a Diretoria Regional da SPHAN/*próMemória*, Luís Antônio Volcato Custódio, esteve presente ao encontro, como representante do Ministério da Cultura. Segundo o diretor, a campanha da UNESCO também "facilitará a captação de recursos junto a instituições internacionais ou à iniciativa privada para a preservação das Missões".

Imagem e som

O primeiro Museu de Imagem e de Som fundado no Brasil foi o do Rio de Janeiro, há 23 anos. Por essa razão, a cidade foi escolhida para sediar o I Fórum Nacional de Museus de Imagem e de Som, promovido pelo Sistema Nacional de Museus, do Ministério da Cultura, e Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro — FUNARJ. O encontro, realizado entre os dias 7 e 11 de novembro, foi aberto pelo Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional *próMemória*, Augusto Carlos da Silva Telles, representando o Ministro da Cultura.

Segundo a museóloga Célia Corsino, do Sistema Nacional de Museus, o I Fórum se revestiu de uma importância muito grande, não apenas por ser o primeiro até hoje realizado, mas porque possibilitou a reunião de diretores e representantes de todos os museus de imagem e de som do país, além de facilitar o intercâmbio de informações e experiências entre essas instituições. Como primeiro resultado prático, o Museu de Imagem e de Som de Curitiba (PR) enviou uma exposição de parte de seu acervo para o Rio de Janeiro.

Foram discutidos temas como televisão, rádio e patrimônio: Por uma Política de Preservação, Guarda e Conservação de Matrizes e Originais; A Imagem e o Som como Patrimônio; Sistemas de Classificação e Catalogação do acervo em Museus e Arquivos; Cinema e Memória Nacional; Direitos Autorais; Integração dos Museus; Depósito Legal do Disco, do Filme e do Vídeo; e Sistema Nacional de Museus e os Museus de Imagem e de Som, entre outros.

NOTICIÁRIO

Prêmio

O Ministério da Cultura, através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional *próMemória*, está promovendo o Prêmio Xavier dos Pássaros abordando, em 1988, o tema Exposição: Linguagem Museológica, com o objetivo de estimular e divulgar a pesquisa, a reflexão e a produção de textos técnicos no setor museológico. Serão conferidos dois prêmios de 25 e 15 MVR — Maior Valor de Referência, para os candidatos que tiverem suas monografias selecionadas em primeiro e segundo lugares, respectivamente. A inscrição pode ser feita até o dia 1.º de março de 1989, na Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus, mediante entrega do trabalho, no seguinte endereço: SBN — Quadra 2 — Bloco F — Ed. Central Brasília — CEP 70.040 — Brasília-DF, telefone (061) ... 214-6146. Por via postal, a inscrição deve ser feita através de AR — Aviso de Recebimento e postada dentro do prazo limite fixado.

A Comissão Julgadora do concurso será composta por um representante do Comitê do SNM, um do Conselho Federal de Museologia, um da Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos e um integrante da Comissão Editorial do SNM, todos indicados pela Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus. As monografias deverão ser inéditas e conter apenas o título da obra e o pseudônimo do concorrente. Para efeito de identificação, o autor deverá anexar ao trabalho um envelope lacrado e subscrito com o título da obra e pseudônimo, além do nome completo, endereço, CPF, telefone, número da carteira de identidade e local de trabalho, como também um breve currículo.

O patrono do concurso, Francisco Xavier Cardoso Caldeira, o Xavier dos Pássaros, nasceu em Santa Catarina. Ele e seu parceiro, o carioca Francisco dos Santos Xavier, o Xavier das Conchas, podem ser considerados os primeiros museólogos brasileiros, pois foram responsáveis pelos primeiros espaços públicos de exposição criados no país: dois pavilhões quadrangulares, à beira-mar, localizados num terraço avarandado do Passeio Público do Rio de Janeiro. Esse Belvedere foi

PRÊMIO

Xavier dos Pássaros

CONCURSO DE MONOGRAFIAS
SOBRE MUSEUS



inaugurado em 1783, pelo Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos.

Os pavilhões de Xavier dos Pássaros e Xavier das Conchas abrigaram e expuseram ao público o primeiro acervo museológico do Brasil: os painéis ovais de Leandro Joaquim, que hoje se encontram no Museu Histórico Nacional. Taxidermista, Xavier dos Pássaros desenvolveu um trabalho que remete a uma das funções primordiais dos museus: a preservação dos espécimes naturais ou culturais de uma nação. Por outro lado, ao utilizar criativamente penas e plumas na ambientação do pavilhão, indicou o caminho para a museologia brasileira, ou seja, a busca de linguagem própria, não submissa a padrões importados.

Patrimônio mundial

Em sua XII Reunião, o Comitê do Patrimônio Mundial aprovou a inclusão na lista da UNESCO de mais 27 monumentos e belezas naturais. Passam a ser considerados Patrimônios da Humanidade, entre outros, os Centros Históricos de Strasburgo, na França, de Guanajuto, no México, e de San Francisco de Lima, no Peru; os mosteiros de Meteora, na Grécia; as cidades antigas de Djenné e Tumbuctu, no Mali; a Torre de Londres e a Catedral de Canterbury, na Inglaterra; e a cidade velha de Salamanca, na Espanha.

O Brasil foi contemplado com uma dotação de US\$ 30 mil para a restauração de São Miguel, que integra o conjunto missionário do Rio Grande do Sul. A quantia será encaminhada à Fundação Nacional *próMemória*, que promove o resgate cultural daquele conjunto.

As cidades Paraty (RJ), Goiás (GO) e São Luís do Maranhão, o Mosteiro de São Bento (RJ), o Convento Franciscano de João Pessoa (PB) e o antigo prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, deverão ser indicados pelo Brasil, até junho de 1989, ao Comitê do Patrimônio Mun-

dial da UNESCO para serem incluídos na relação de bens culturais considerados Patrimônios da Humanidade.

A lista das pretensões brasileiras foi fornecida pelo Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional *próMemória*, Augusto Carlos da Silva Telles, durante a solenidade de abertura da XII Reunião Anual do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizada, em Brasília, de 5 a 9 de dezembro. Silva Telles informou, ainda, que está sendo criado um grupo de trabalho, constituído por arquitetos e historiadores, para analisar a lista indicativa que o Brasil pretende apresentar ao Comitê.

Dos bens que integram a lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, sete são brasileiros: as cidades de Ouro Preto e Olinda, o Centro Histórico de Salvador, as ruínas missioneiras de São Miguel (RS), o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG), e o Plano Piloto de Brasília, primeiro bem contemporâneo a merecer o título de Patrimônio da Humanidade.

NOTICIÁRIO

Cultura amazônica

Conscientizar a população local para a importância de se resgatar a memória amazônica, não apenas no que se refere à preservação de seus monumentos e paisagens, mas também no que diz respeito à valorização de seus hábitos e costumes tradicionais, este foi o objetivo principal da campanha promovida pela SPHAN/*próMemória*, através da sua 11.^a Diretoria Regional, por ocasião das comemorações da Semana do Patrimônio Histórico e Cultural, em agosto passado.

Deflagrada com o apoio cultural dos dois maiores jornais do Estado — *A Crítica* e *Amazonas em Tempo* —, a campanha consistiu na veiculação, durante quatro dias, de quatro peças publicitárias para mídia impressa, criadas pelo artista plástico Roberto Evangelista, e contou com a colaboração direta da Assessoria de marketing da SPHAN/*próMemória*.

Para a sua idealizadora, a diretora da 11.^a DR, Ana Lúcia Abrahim, o projeto, que teve custo zero para a SPHAN/*próMemória*, buscou uma visão não elitista de patrimônio e resultou numa discussão mais ampla sobre o tema. Além disso, procurou levantar questões ligadas à identidade cultural da população local, segundo ela, “um assunto muito sério e que necessita ser bastante trabalhado”.

Engajaram-se na campanha, também mediante a veiculação de anúncios institucionais, empresas ligadas de várias formas a atividades de preservação e, como reflexo, na data do aniversário da cidade de Manaus, em 24 de outubro, praticamente todos os veículos de comunicação fizeram grandes matérias sobre o patrimônio da Região — “uma prática inédita até então”, conforme ressalta Ana Lúcia Abrahim, que já tem outros projetos dessa modalidade prontos para execução.

Guaratinguetá

Entre os maiores centros urbanos do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, a cidade de Guaratinguetá destaca-se por sua luta em defesa do patrimônio da região, que compreende aspectos bastante diversificados, como manifestações de cultura popular, o rio Paraíba, as matas da Serra do Mar, além de monumentos arquitetônicos importantes, como a antiga estação ferroviária, a Caixa d'Água e a casa do ex-presidente Rodrigues Alves, tombada pela SPHAN, para citar apenas alguns.

Essa luta é ampliada através do esforço que o Arquivo Memória de Guaratinguetá, do Museu Frei Galvão, vem empreendendo, desde 1978, na publicação de monografias sobre a cultura local, abordando temas como a devoção popular a Santo Antônio, padroeiro da cidade, ou as brincadeiras infantis ainda hoje existentes — pula corda, jogo de petecas, passa anel — entre outros. O Museu, fundado em 1972, é uma instituição de caráter particular, mantida por uma Sociedade de Amigos, e reúne quase 100 mil documentos sobre Guaratinguetá, contando também com uma biblioteca especializada em História e um acervo de peças sobre a cidade.

Em 1986, o Museu Frei Galvão incorporou ao seu Arquivo Memória o acervo da Banda da Sociedade Musical União Beneficente, fundada em 1882 e em atividade até 1951. Esse acervo, precioso para a história musical de Guaratinguetá e da região, compreende peças de música profana e religiosa, como dobrados, marchas, tangos, valsas, óperas, músicas carnavalescas e populares, nacionais e estrangeiras, das décadas de 30, 40 e início dos anos 50, uma Missa de Carlos Gomes, outra do Padre José Maurício, ladainhas, entre inúmeras outras. Uma monografia foi publicada sobre o assunto, enumerando as peças principais do acervo da Banda Beneficente e contando um pouco de sua história, a rivalidade com a Banda Mafra e sua participação nos acontecimentos, inclusive políticos, da cidade e da região.

Em 1987, o Museu foi convidado pela Biblioteca Nacional e Fundação Nacional *próMemória*, do Ministério

Bom Sucesso

A 7.^a Diretoria Regional da SPHAN/*próMemória* deu início, em dezembro, às obras de restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Caeté (MG). Monumento tombado em 1938, a matriz já havia sofrido, no início de 88, uma intervenção de emergência, visando corrigir problemas decorrentes da ruptura de uma peça de sua cobertura. A primeira etapa das obras tem por objetivo a restauração completa da cobertura da nave, compreendendo toda a estrutura e entelhamento.

Os serviços a serem executados estão orçados em torno de Cz\$ 36 milhões, dos quais Cz\$ 13.470 milhões foram doados, via Lei Sarney, pela Companhia Ferro Brasileiro, sendo os restantes Cz\$ 23 milhões assegurados pela SPHAN/*próMemória*. As demais etapas das obras, que significarão a restauração integral do monumento, deverão ser realizadas em 1989, com recursos alocados pela SPHAN/*próMemória*, Companhia



Foto: Arquivo SPHAN/*próMemória*

Ferro Brasileiro e Prefeitura Municipal de Caeté.

Paralelamente ao empenho dos órgãos e da empresa, a comunidade caeteense, através de sua associação, está se mobilizando no sentido de angariar recursos para os trabalhos de restauração da matriz e, de modo mais abrangente, tendo em vista a conservação do patrimônio cultural do município, mediante o apoio de instituições e empresas locais, com base nos incentivos da Lei Sarney.

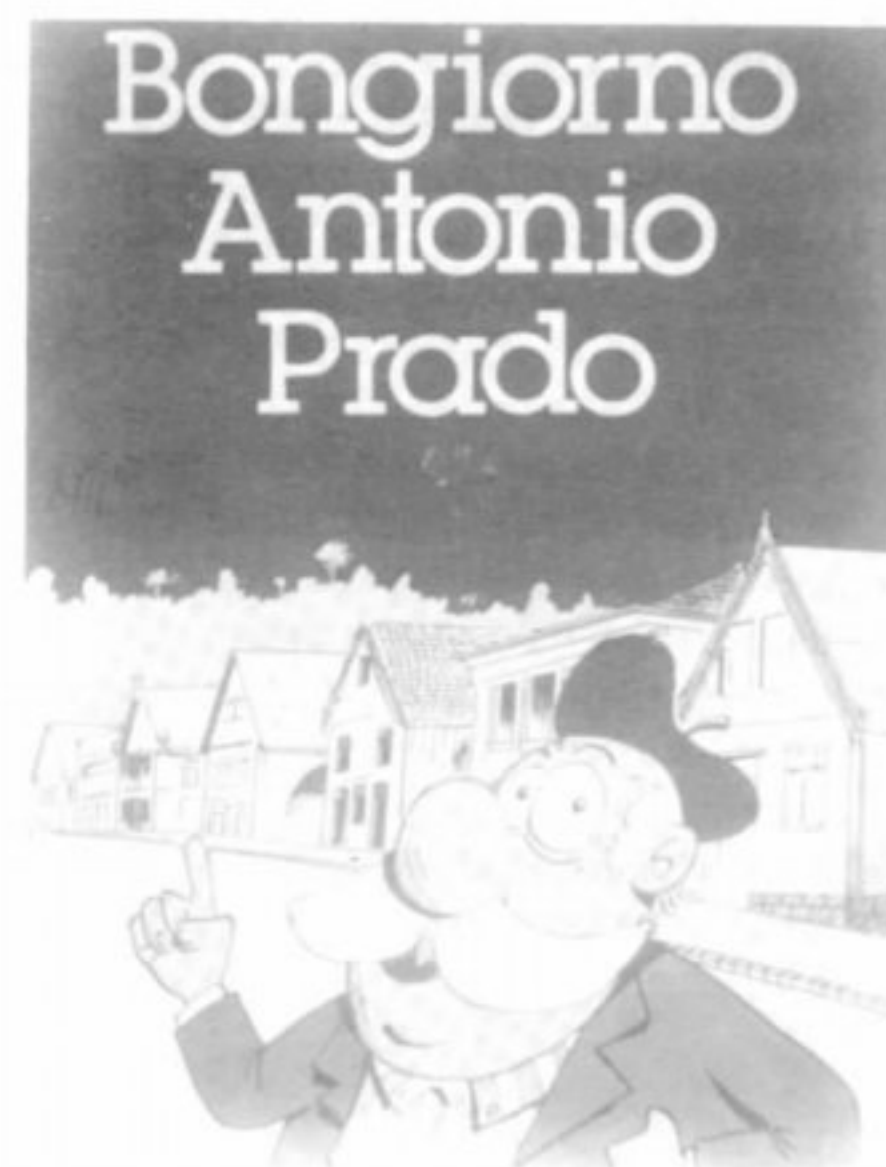
NOTICIÁRIO

Bongiorno

da Cultura, a elaborar uma lista dos jornais e revistas publicados no município de Guaratinguetá e existentes em seu Arquivo Memória, visando ao conhecimento e à preservação da memória hemerográfica do país. Foi realizado, então, pelas arquivistas e bibliotecárias do Museu Frei Galvão, o fichamento de cada periódico da hemeroteca do Museu, com os seguintes dados: título, subtítulo, local, editora, diretores, periodicidade, data de início, dimensões do periódico, endereço, exemplares localizados, distribuição, data do término, estado de conservação e outras informações. Terminado o fichamento, concluiu-se que, entre os anos de 1858 e 1988, 100 periódicos pararam de circular, mas 22 ainda estão em circulação. Dessa forma, esse trabalho constitui-se em valioso documento para a cidade e para a memória hemerográfica brasileira.

Para dar prosseguimento aos trabalhos de aproximação junto à comunidade local, com o objetivo de melhor esclarecer a importância histórica e cultural da cidade, a 10.^a Diretoria Regional da SPHAN/próMemória produziu a cartilha *Bongiorno Antônio Prado*, utilizando a já conhecida figura do “Nono”, personagem criado pelo desenhista Carlos Iotti.

“Nono”, imigrante italiano que possui características típicas dos habitantes da cidade de Antônio Prado (RS), aparece na cartilha com a missão de transmitir à população a importância do tombamento de uma cidade como aquela que, segundo técnicos da SPHAN/próMemória, se constitui num valioso patrimônio, pois ainda mantém vivas as tradições da cultura italiana trazida para o Brasil, na arquitetura, nos costumes e até mesmo na língua, já que são raros os habitantes que falam bem o português.

*Pipiripau*

O Menino Jesus, a Virgem Maria e os Reis Magos estão órfãos. É que faleceu no último mês de agosto, aos 94 anos, Raimundo Machado de Azevedo, o criador do Presépio do Pipiripau, considerado um dos mais importantes exemplares da arte popular mineira (SPHAN/próMemória n.º 29, págs. 27 e 28).

Raimundo Machado começou a montar o famoso presépio em 1906, ainda criança, na antiga região denominada Pipiripau, em Belo Horizonte. Com aproximadamente 600 peças, confeccionadas em papel velho, conchas, madeira e papelão, entre outros materiais, o Presépio do Pipiripau, que chegou até mesmo a inspirar o poeta Carlos Drummond de Andrade, expõe 45 cenas religiosas e profanas, desde o nascimento de Cristo até os dias de hoje.

Atração pública, já tendo sido visitado por milhares de pessoas, o Pipiripau está instalado desde agosto de 1976 no Museu de História Natural, da Universidade Federal de Minas Gerais. Tombado pela SPHAN em 1984, continuou sempre sob os olhos atentos de Seu Raimundo que, como funcionário da UFMG, cuidou de sua obra até o momento em que não teve mais força para prosseguir.



Fotos: William Góino



Cartas

"Em nome dos professores e alunos do Departamento de História da Universidade Católica de Santos — UniSantos —, agradeço a remessa do Boletim SPHAN/próMemória e, ao mesmo tempo, desejo cumprimentá-los pelo valor histórico das matérias nele contidas.

A inclusão da seção "Noticiário" foi muito útil para que os pesquisadores do patrimônio histórico regional e nacional pudessem ter acesso às informações sobre o que está ocorrendo nessa área.

Agradeço antecipadamente o encaminhamento de futuras publicações do MinC."

— Iza Fava de Oliveira — Chefe do Departamento de História da UniSantos

"Agradecendo os exemplares do Boletim SPHAN/próMemória que tanto nos são úteis, aproveito a oportunidade para enviar o folheto Passos de Oeiras e a Revista do Instituto Histórico de Oeiras, que traz uma reportagem de nossas atividades."

— Maria do Carmo Nunes — Diretora do Museu de Arte Sacra — Oeiras (PI)

"Gostaria de parabenizá-los pela excelente qualidade e utilidade dos Boletins publicados pela SPHAN/próMemória. Tenho em meu arquivo o Boletim n.º 41, que tem como título "Congonhas, o santuário da arte mineira."

Sou estudante de bacharelado em História, pela Universidade Federal da Paraíba, e ciente de que esses Boletins são de grande valia para meus estudos, venho solicitar

dessa Secretaria que, por gentileza, os envie para o meu endereço. Havendo possibilidade, gostaria de receber os números anteriores."

— José Inácio Candido — Fagundes (PB)

"Primeiramente desejo agradecer-lhes a atenção da remessa para o nosso Núcleo Museológico Ferroviário desse Boletim, e depois cumprimentá-los pela excelente feição gráfica e padrão jornalístico do SPHAN/próMemória. Empenhados todos nós na preservação e resgate da memória histórica, o jornal é uma ferramenta indispensável de integração que ajudará a todos aqueles que lutam e ajudam a resgatar a memória histórica nacional.

Gostaria de solicitar que nos fosse enviado mais um exemplar, pois é nosso interesse divulgar amplamente para todo o meio ferroviário as atividades desenvolvidas no âmbito da preservação, inclusive para os turistas que visitam os nossos museus ferroviários de Belo Horizonte e São João Del-Rei."

— Gentil José dos Santos — Chefe do Departamento de Comunicação Social da Rede Ferroviária Federal — Belo Horizonte (MG)

"Desejo agradecer-lhes pela atenção da remessa para a Secretaria Municipal de Cultura do Exemplar do Boletim SPHAN/próMemória, o qual nos impressionou pelo seu conteúdo. Somos uma Fundação dedicada à preservação do Patrimônio cultural e o Boletim ajudará a todos nós na preservação e resgate da memória histórica.

Por esse motivo, solicitamos o envio de exemplares do Boletim periodicamente."

— Márcio R. Passos — Diretor do Centro Cultural Cary Cavalcanti — Mangaratiba (RJ)

"Recebi com encanto o Boletim SPHAN/próMemória n.º 40, principalmente sobre a reportagem intitulada "Serra Memória Cultural". Na qualidade de cidadão serrano, não poderia deixar de manifestar o meu entusiasmo pela excelente reportagem, bem como nítidas fotografias de alto valor histórico.

A eficiência na confecção do Boletim é um exemplo edificante de civismo e brasilidade. Parabéns, à direção e funcionários."

— José Maria L. Mortimer — Curvelo (MS)

"Tivemos em nossas mãos um exemplar do Boletim SPHAN/próMemória, o que nos deixou deveras impressionados pela qualidade gráfica e excelente padrão jornalístico. Como diretor do Grupo "Asas" de Teatro, venho parabenizar a todos que compõem o expediente desse Boletim e solicitar o envio periódico do mesmo, o que iria contribuir para o desenvolvimento artístico e cultural do nosso Grupo."

— Paulo Barros — Aracaju (SE)

NR. O Boletim SPHAN/próMemória agradece a correspondência recebida, comprometendo-se em atender a todas as solicitações encaminhadas. Aproveitamos a oportunidade para externar a satisfação de completarmos mais um ano de convívio junto aos nossos leitores.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional *próMemória*

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

José Sarney

MINISTRO DA CULTURA

José Aparecido de Oliveira

SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓMEMÓRIA

Augusto Carlos da Silva Telles

EDITOR RESPONSÁVEL

Maria de Lourdes Castro Oliveira

REDAÇÃO

Rodney Dias Ribeiro
Maria da Graça Nobre Mendes
Marcus Vinícius De Lamônica Freire
Francisco Cereto

REVISÃO

Sylvio Clemente da Motta

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Aimojara Xavier e Gioietta Timóteo

PESQUISA E EXPEDIÇÃO

Denise Taveira do Couto